



Jornal Gratuito

www.verdade.co.mz

Sexta-Feira 03 de Maio de 2019 • Venda Proibida • Edição N° 544 • Ano 11 • Fundador: Erik Charas

Piores aumentos salariais dos últimos 3 anos desmentem fim da crise económica em Moçambique



Os novos salários mínimos em vigor em Moçambique, com a pior revisão desde 2016, desmentem "o início do pós-crise" anunciado pelo Presidente Filipe Nyusi em meados de 2018. Apenas 5 por cento de aumento para os sectores da Pesca e Função Pública, este últimos que continuam amordaçados porque o Governo não quer reconhecer-lhes o direito de se organizarem em sindicatos, estão longe da cesta básica que aumentou 10 por cento para 19.637 Meticais.

Texto: Adérito Caldeira

continua Pag. 02 →

PGR alerta para aumento dos casos de violação de menores de 12 anos "pelos próprios pais" em Moçambique

"Continuam preocupantes, os casos de violação de menores de 12 anos, com particular destaque para os perpetrados pelos próprios pais" alertou na Assembleia da República a Procuradora-Geral da República (PGR) indicando que em 2018 o maior número de casos foram registados na Cidade de Maputo e a Província da Zambézia.

A Polícia da República de Moçambique (PRM) deteve no passado domingo (28) um cidadão de 48 anos de idade acusado de violentar sexualmente a sua filha e o seu filho, ambos menores de idade.

O acusado terá abusado dos filhos na casa que possui em Inharrime, na Província de Inhambane, entre 2009 e 2012 quando a menina tinha 9 anos de idade e o menino apenas 4 anos de idade.

"Foi chocante para nós quando a minha neta nos contou que o pai abusava dela e do irmão. Solicitamos a intervenção das estruturas locais e quando levado ao réguero ele fugiu. Apareceu este fim-de-semana a exigir a guardas das crianças e denunciamos-lo", relata o avô do alegado violador.

De acordo com o ancião a revelação da agora adolescente de 17 anos de idade aconteceu em 2012 quando começou a ter problemas de saúde decorrentes de ter-se tornado seropositiva em resultado dos abusos sexuais que sofreu.

Na Informação que prestou à Assembleia da República a PGR alertou que: "Continuam preocupantes, os casos de violação de menores de 12 anos, com particular destaque para os perpetrados pelos próprios pais".

"A família é o primeiro meio para proporcionar a protecção, o bem-estar, o desenvolvimento físico, intelectual e emocional das crianças. No entanto, constata-se a inversão de comportamentos que revelam a degradação de valores morais na nossa sociedade",



disse Beatriz Buchili assinalando que "(...) na violência sexual contra as crianças, o autor tem, normalmente, uma relação familiar de proximidade com a vítima, o que pode inibir a denúncia dos actos anti-púdicos, perpetuando, assim, o acto criminoso".

A Procuradora-Geral da República indicou que em 2018 foram instaurados em Moçambique 1.843 processos, mais 84 do que no ano anterior, entre os quais 673 são referentes à violação

de menores de 12 anos de idade. Foram ainda registados 137 processos de actos sexuais com menores e ainda um caso de utilização de menores na pornografia.

"Dentre as consequências destes crimes, avultam os casos de gravidez, infecções de transmissão sexual e outros riscos para a saúde, bem assim, a desistência na frequência às aulas", informou ainda Buchili.

Para a PGR acrescentou que, "permanece o grande desafio que se prende com o secretismo, o medo, estigma e vergonha das vítimas, que as impede de denunciar, havendo necessidade de se intensificar as acções de sensibilização, assistência às vitimas e responsabilização dos infractores."

Pergunta
à Tina

email
averdademz@gmail.com

TUDO O QUE VOCÊ PRECISA
DE SABER SOBRE SAÚDE
SEXUAL E REPRODUTIVA

DE
VERDADE

A verdade em cada palavra.

Diga-nos quem é o
XICONHOCA
da semana



Escreva um E-Mail para
averdademz@gmail.com

→ continuação Pag. 01 - Piores aumentos salariais dos últimos 3 anos desmentem fim da crise económica em Moçambique

Na véspera do Dia do Trabalhador a ministra do Trabalho, Emprego e Segurança Social anunciou a ansiada revisão salarial anual, fruto da concertação entre o Governo, patrões e sindicatos que cada vez menos representam os trabalhadores moçambicanos.

"Partindo dos pressupostos da realidade do país que os reajustes pudessem salvaguardar a manutenção dos postos de trabalho e a possibilidade de se criarem novos postos de trabalho e também a manutenção da estabilidade das empresas", ressalvou Vitória Diogo ao anunciar os piores aumentos desde 2016 e após 3 anos em que os moçambicanos sentiram o seu poder de comprar ser corroído por uma inflação acima de dois dígitos.

Tal como no ano passado a Indústria Mineira volta a obter o maior aumento, 12 por cento, passando o salário mínimo do sector que ainda é o pivot da economia de 8.263,78 para 9.254 Meticais.

O segundo maior aumento vai para o sub-sector da indústria hoteleira com 10,2 por cento, um pouco menos do que a percentagem de 2018 mas ainda assim elevando o salário mínimo de 5.878 para 6.478 Meticais.

Os piores aumentos percentuais no sector privado, 5

| RAMO DE ACTIVIDADE | Salário mínimo 2018 | Salário mínimo 2019 | % AUMENTO |
|---------------------------------------------------------------|---------------------|---------------------|-----------|
| Sector 1: Agricultura, Caça, Florestas e Silvicultura | 4.150,00 | 4.390,00 | 5,78 |
| Sector 2: Pesca Industrial e Semi-industrial | 5.115,00 | 5.370,75 | 5 |
| Sector 2: Subsector da Pesca da Kapenta | 4.063,50 | 4.266,68 | 5 |
| Sector 3: Indústria de Extração Mineira | 8.263,78 | 9.254,00 | 12 |
| Sector 3: Subsector das Pedreiras e Areeiros | 5.799,78 | 6.379,00 | 10 |
| Sector 3: Subsector das Salinas | 5.018,04 | 5.318,06 | 6 |
| Sector 4: Indústria Transformadora | 6.620,00 | 7.000,00 | 5,74 |
| Sector 4: Subsector da Panificação | 4.700,00 | 5.000,00 | 6,03 |
| Sector 5: Produção, Distribuição, Electricidade, Gás e Água | 7.796,00 | 8.300,00 | 6,41 |
| Sector 5: Subsector das Pequenas Empresas | 6.722,00 | 6.760,00 | 6,41 |
| Sector 6: Construção | 5.786,70 | 6.136,70 | 6,04 |
| Sector 7: Actividades não financeiras | 6.250,00 | 6.850,00 | 9,6 |
| Sector 7: Subsector da Indústria Hoteleira | 5.878,00 | 6.478,00 | 10,2 |
| Sector 8: Actividades Financeiras, Bancos e Seguradoras | 11.987,60 | 12.760,18 | 7,25 |
| Sector 8: Actividades Financeiras, Subsector de Microfinanças | 10.570,56 | 11.336,93 | 7,25 |
| Sector 9: Administração Pública, Defesa e Segurança | 4.255,00 | 4.467,75 | 5% |



por cento, foram para os trabalhadores dos sectores da pesca Industrial e Semi-industrial assim como da Pesca da Kapenta aumentando de 5 115 para 5.370,75 Meticais e de 4.063,50 para 4.266,68 Meticais, respectivamente.

No entanto o sector que mais

emprega, cerca de 5 milhões de moçambicanos, teve uma dos aumentos mais baixos, apenas 5,78 por cento para a Agricultura, Cala e Silvicultura o que eleva o salário mínimo de 4.150 para somente 4.390 Meticais.

Assinalável é também o par-

co aumento para os funcionários dos bancos e seguradoras, as únicas empresas com lucros bilionários crescentes nestes anos de crise, mas que virão os salários crescerem apenas 7,25 por cento passado o mínimo de 11.987,60 para 12.760,18 Meticais.

Cesta básica de alimentos ficou mais cara 10 por cento, só a cerveja não aumentou em Moçambique

Para os Funcionários do Estado, que nos últimos meses começaram a enfrentar o drama do atraso salarial tal como os colegas do privado e continuam amordaçados porque não lhes é permitido o direito de se organizarem em sindicatos, o Governo de Filipe Nyusi concedeu "5 por cento para todos", anunciou na passada terça-feira (30) Armindo Ngunga, o vice-ministro da

Educação que foi o porta-voz da sessão ordinária do Conselho de Ministros que aprovou os irrisórios aumentos.

Os moçambicanos têm a plena noção que estão longe de recuperar o poder de compra perdido desde 2016, quando a inflação da comida chegou a quase 50 por cento, e embora desde os meados de 2018 os preços dos produtos alimentares básicos não tenham subido substancialmente a verdade é que os salários mesmo revistos estão longe de ser suficientes.

O Ministério da Saúde recomenda que um indivíduo adulto, para ter uma alimentação equilibrada, deve consumir por mês 3 kg de arroz, 9,1 kg de farinha de milho, 2 kg de feijão seco, 0,5 kg de amendoim, 3,5 kg de peixe seco, 0,5 litros de óleo, 1,2 kg de açúcar, 1 kg de sal, 3,4 kg de folhas verdes e 3,6 kg de frutas da época.

Contas feitas pelo Organização dos Trabalhadores Moçambicanos indicam que para uma família moçambicana este rancho que em 2018 custava 18 mil Meticais passou a custar 19.637 Meticais, sem incluir a energia eléctrica, ficou mais cara 21 por cento, o transporte, o custo das telecomunicações móveis que aumentaram... acessível continua apenas a cerveja, cujos preços não mudam desde 2014!

Sobe para 43 óbitos pelo impacto do Ciclone Kenneth no Norte de Moçambique

Subiu para 43 o número de vítimas mortais pela passagem do Ciclone Kenneth pela Província de Cabo Delgado, no Norte de Moçambique. Seis das vítimas mais recentes morreram soterradas pelo desabamento da lixeira municipal na cidade de Pemba e há registo de mais um óbito na Província de Nampula.

Texto: Redacção • Foto: Unicef

"Há a lamentar 41 óbitos, actualizou nesta terça-feira (30) o porta-voz do Conselho de Ministros de Moçambique, Armindo Ngunga, falando a jornalistas em Maputo.



Seis dessas pessoas perderam a vida na Cidade de Pemba quando o lixo acumulado no aterro municipal à céu aberto desabou, na noite de domingo (28), sobre as casas onde se encontravam, arrastado pela força da água da chuva que continua a cair na capital da Província de Cabo Delgado. Quatro das vítimas mortais são da mesma família, duas crianças e os respectivos progenitores.

Grande parte das pessoas afectadas pelo primeiro ciclone registado na Província de Cabo Delgado em décadas está no Distrito de Macomia, 85.225, onde mais de 17 mil casas ficaram destruídas, 4 unidades sanitárias danificadas assim como 65 salas de aulas e 234 postes de energia.

No Distrito de Quissanga existem 21.150 pessoas desalojadas e na Ilha do Ibo pelo menos 15 mil outros cidadãos.

Dos mais de 168 mil moçambicanos afectados pelo Ciclone Kenneth 20.720 estão em 30 Centros de Acomodação criados nos distritos de Quissanga, Metuge, Mocímboa da Praia, Macomia, Palma, Muidumbe e também na Cidade de Pemba.

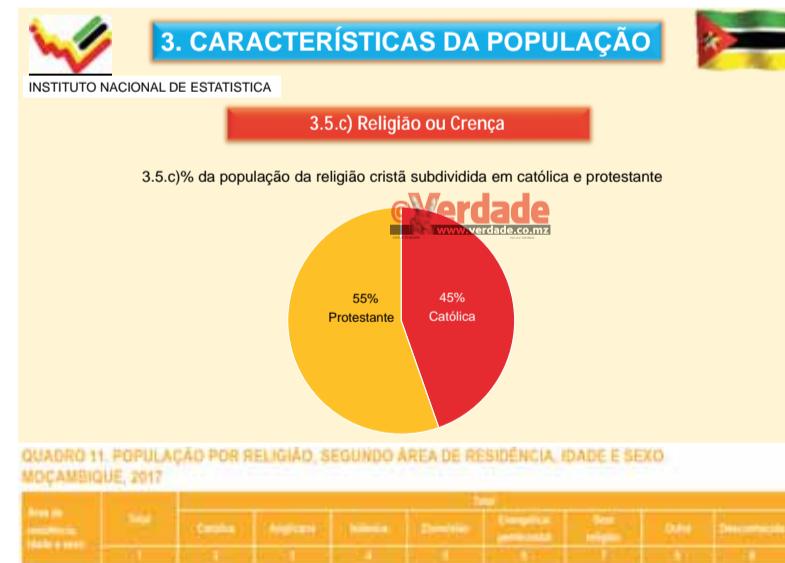
De acordo com o Instituto Nacional de Gestão de Calamidades estão também a precisar de assistência humanitária urgente perto de 13 mil pessoas na Província de Nampula, onde as chuvas trazidas pelo Ciclone Kenneth destruíram 2.634 casas nos distritos de Nampula, Eriti, Meconta, Mogovolas, Monapo, Muecate, Nacarao e Memba.

Entretanto um cidadão perdeu a vida no passado domingo em Nacala-Porto quando a embarcação em que se fazia transportar não suportou a força do mar agitado pelo mau estado do tempo que se fez sentir no Norte de Moçambique após a passagem do Ciclone Kenneth. O comandante da Polícia costeira, lacustre e fluvial na Província de Nampula, Jaime Mário, indicou que cinco outros passageiros da pequena embarcação são dados como desaparecidos.

Cristãos protestantes ultrapassam os católicos em Moçambique

Há pouco mais de 4 meses da visita do Papa Francisco a Moçambique o IV Recenseamento Geral da População e Habitação revelou que são cada vez menos os moçambicanos que professam a religião católica com menos 1,4 milhão de fiéis do que as igrejas protestantes.

Texto: Redacção



Os resultados definitivos do Censo de 2017 indicam que a maioria do moçambicano, 59,8 por cento, continuam a ser cristãos. No entanto os fiéis das igrejas protestantes são bem mais do que aqueles que frequentam as igrejas católicas.

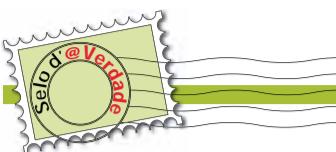
Em 2007 existiam 5.748.176 católicos que aumentaram para 7.313.576 em 2017. Os protestantes eram 5.615.446 e agora são 8.781.534, de acordo com o Instituto Nacional de Estatística (INE).

Entre os protestantes aumentou significativamente o número de fiéis das igrejas

evangélicas e pentecostais que teve mais 1.926.891 moçambicanos, enquanto os católicos aumentaram 1,5 milhão.

Esta perda de perda de fiéis é uma desafio para a Igreja Católica, que depois dos anos de partido único aparenta estar a recuperar a sua presença em Moçambique. Em Setembro o seu líder máximo, o Papa Francisco, vai visitar o nosso país.

O INE indica ainda que os moçambicanos que professam a religião islâmica aumentaram de 3,6 milhões para pouco mais de 5 milhões de fiéis.



CORRUPÇÃO E SUAS IMPLICAÇÕES NA GOVERNAÇÃO LOCAL: O CASO DA AUTARQUIA DE LICHINGA (2014 – 2018)¹

Introdução

O debate sobre a corrupção e suas implicações no desenvolvimento de Moçambique suscita uma série de questões no contexto da descentralização. Qual é a percepção dos cidadãos em relação à corrupção ao nível local? Que implicações a corrupção tem na governação local? Com enfoque no município de Lichinga, este texto procura responder a estas perguntas, argumentando que: (i) a percepção dos municípios é que a corrupção no município de Lichinga é alta e está ligada à figura do Presidente do Município; (ii) a corrupção tem inúmeras implicações na governação ao nível do município com destaque para a baixa qualidade de serviços públicos e a fragilização da legitimidade do governo municipal.

Para defender o argumento, o texto destaca, primeiro, a percepção dos municípios sobre a corrupção no município de Lichinga; segundo, apresenta o posicionamento dos dois partidos com assento na Assembleia Municipal (Frelimo e MDM) sobre a corrupção no município; finalmente, analisa as implicações da corrupção no município de Lichinga com base em evidências da pesquisa.

I. Percepção dos municípios sobre a corrupção: escândalos do presidente do município
Os dados quantitativos resultantes do inquérito por questionário aplicado a 600 municípios de Lichinga sugerem que os municípios estão insatisfeitos com a governação local e que essa insatisfação está em parte relacionada com a percepção de existência de corrupção neste município. O gráfico 1 mostra a percepção de que a corrupção é dos principais problemas no município de Lichinga (45.6%) em relação aos restantes municípios incluídos no estudo (Pemba, Tete, Quelimane, Beira, Nampula, Ilha de Moçambique e Manjacaze).



Importa realçar que a percepção dos municípios pode estar associada aos escândalos de corrupção que envolveram o Presidente do município de Lichinga, Saíde Amido, em 2016. Saíde Amido,

acusado pelos crimes de abuso de poder e actos de corrupção, foi julgado e condenado a 18 meses de prisão, convertidos em multa pelo tribunal judicial da cidade de Lichinga². Os dados qualitativos revelam a relação que os municípios estabelecem entre a existência de corrupção no município e os escândalos do presidente, conforme ilustram as palavras de um dos nossos entrevistados³:

(...) O que se tem feito sentir na cidade de Lichinga é a visível corrupção por parte do Presidente do município (...) Porque nós questionámos aqui, quanto é que ganha um Presidente do município para conseguir dentro de um ano construir uma casa, comprar um carro para a namorada, comprar carro para o filho. Num ano, não em dois ou três anos. Mesmo se ele tivesse um dinheiro anterior, quanto ele tinha?! Então é dali onde a gente já vê que realmente a corrupção se faz sentir no seio do município (...) o simples facto de termos um Presidente condenado é uma mancha. Isso mancha a própria província (...)⁴

Um outro facto revelado tem a ver com a compra de viaturas por parte do município à empresa LINEX. Em 2013, o município teria efectuado um pagamento de 5,7 milhões de meticais para a importação de três viaturas. Das três viaturas, duas destinavam-se ao sector de saneamento e uma à morgue do hospital provincial de Lichinga. De salientar que no acto da celebração do contrato para a importação das viaturas, o município efectuou o pagamento do valor à referida empresa em cem por cento, devendo a mesma fazer a entrega das viaturas num período de 45 dias, o que não veio a acontecer. Este caso provocou um intenso debate no seio das organizações da sociedade civil e comunicação social. Com efeito, pressionado pela opinião pública e organizações da sociedade civil, o presidente do Município pronunciou-se publicamente sobre o assunto sustentando estar preocupado com a situação porque a empresa LINEX não só havia encerrado as suas portas, mas também os proprietários da mesma encontravam-se foragidos⁵.

Para os municípios, a justificação apresentada pelas autoridades municipais “não faz sentido”. Estes para além de questionarem os procedimentos administra-

tivos levados a cabo pelas autoridades municipais no processo de importação das viaturas, como por exemplo, o pagamento antecipado na totalidade, também questionaram a conduta da empresa contratada, conforme se pode ler no seguinte extrato de um dos nossos entrevistados:

(...) “O município contratou uma empresa para importação das viaturas e no acto da celebração do contrato eles pagaram 100%. Segundo o Presidente, a empresa já não existe porque as pessoas fugiram. Mas as pessoas estão aqui na cidade, quem não conhece Linex?! Linex não vendia carros, era produtor de eventos”⁶

Se se olhar para os procedimentos que os órgãos e instituições da Administração Pública devem cumprir para a aquisição de bens para o Estado, a compra das supostas viaturas por parte do município pode ser considerada ilegal⁷. O nº 3, do artigo 104, do decreto em questão sustenta que o pagamento de adiantamento sem apresentação de garantia só “é permitido até ao limite de trinta por cento do valor do contrato”, o que significa que o município, ao efectuar o pagamento de cem por cento do valor da compra das viaturas sem nenhuma garantia por parte da empresa contratada, agiu fora da lei.

II. A corrupção vista pela Frelimo e MDM⁸

Os resultados da pesquisa mostram que depois dos escândalos de corrupção do antigo presidente do município, o partido Frelimo procurou distanciar-se dos seus actos, tendo para tal realizado inúmeras reuniões ao nível do partido. No entanto, um quadro sénior do partido Frelimo, em Lichinga, assumiu a má gestão do município, tendo avaliado de forma negativa a governação do Presidente do município:

“A nossa avaliação não é boa (...) se fosse uma avaliação de 0 a 10 eu atribuiria 4 ou 5, dizer a verdade (...) porque quando a gente vai ao terreno a população diz-nos coisas que nem dá aqui dizer (...) porque quem avalia é a população, agora a população na avaliação está a ver pessoa. Por isso todo o município está frustrado. O constrangimento por de trás disso é a má gestão de fundos (...)”⁹

De acordo com este membro da Frelimo, apesar de ter sido condenado e admoestado pelo Ministério da Administração Es-

tatal e seu próprio partido, o antigo edil parecia não ter mostrado sinais de mudança. O nosso entrevistado referiu ainda que provavelmente existisse uma connivência da parte das lideranças do partido a nível local para que esse comportamento persistisse, conforme se pode ler:

(...) A pessoa [1º secretário do partido Frelimo] que está a dirigir o nosso partido ao nível da cidade¹⁰ [e o Presidente do município] são amicíssimos. E nós quando dissemos essas coisas, em algum momento, nas reuniões que temos, somos “batidos” de uma maneira (...) o primeiro secretário deve ter capacidades de dizer ao Presidente do município para mudar (...) quando estava esse administrador do distrito de Lichinga agora, Alberto Mussa, ele tinha medo (...) mal esse saiu, a coisa ficou mal.¹¹

O MDM, através de um dos seus membros na Assembleia Municipal, sustentou que “o Presidente do município não priorizava o seu manifesto eleitoral, mas sim seus interesses pessoais”. Para o MDM, havia cumplicidade dos membros da Frelimo em relação ao edil, afirmando que nas discussões da Assembleia Municipal¹², os membros da Frelimo evitavam fazer críticas frontais sobre os escândalos de corrupção existentes no município. Por exemplo, no caso da compra das três viaturas para o município, a bancada da Frelimo aprovou o relatório do executivo, que assumia a compra das viaturas à LINEX. Para o nosso entrevistado, “não se trata de burla, como as autoridades municipais deixam transparecer, mas sim de uma rede montada para lavagem de dinheiro”.

III. A corrupção na governação local: que implicações?

No período em análise (2014 – 2018), a corrupção no município de Lichinga teve inúmeras implicações, particularmente no que se refere aos serviços públicos. Com efeito, o município confrontava-se com inúmeros desafios em termos de prestação de serviços públicos.

As estradas apresentavam-se esburacadas e havia morosidade na conclusão das obras em construção. A rede de abastecimento de água ainda era bastante limitada, cobrindo apenas alguns bairros do centro da cidade. Havia lixo em vários pontos da cidade, agravado pela incapacita-

dade do município em termos de meios para a sua recolha. Registos de casos de criminalidade, em parte, aliada à falta de iluminação pública em algumas artérias da cidade. Além disso, havia falta de transporte público para a circulação dos municípios, entre outros aspectos.

Para as autoridades municipais, a falta de recursos financeiros constituía a principal causa por detrás da fraca qualidade de serviços públicos no município. No entanto, sem querer ignorar a questão de escassez de recursos financeiros para viabilização dos planos do município para melhoria dos serviços públicos, a corrupção tornava a situação muito mais complicada na medida em que os escassos recursos financeiros acabavam sendo desviados em benefício de uma minoria, contribuindo cada vez mais para a precariedade dos serviços públicos.

Uma outra implicação da corrupção em Lichinga dizia respeito à fragilização da legitimidade do governo municipal. A percepção da existência de corrupção por parte dos cidadãos contribuía para o elevado nível de desconfiança política dos cidadãos em relação ao governo e o baixo apoio ao sistema político. Este facto contribuía para que os cidadãos, sobretudo os grupos mais desfavorecidos economicamente se desligassem da política, uma vez que estes passavam a assumir o sistema político no geral como desonesto e ilegítimo.

De acordo com as discussões nos grupos focais, havia um sentimento de insatisfação com os órgãos municipais, pois os cidadãos dificilmente viam vantagens em participar na governação do município, conforme ilustram as palavras de um dos intervenientes do grupo focal realizado no bairro de Naluila:

“Se o município vier aqui pedir voto, não sei o que vai acontecer. Os jovens prometem que quando o município vier aqui há-de haver problema (...) O município não está a respeitar o patrão (...) porque a população é patrão. Melhor irem informar esse município que nós estamos cansados (...) informe a eles que em Naluila não vale a pena passar, seja para pedir voto ou outra coisa. Não vale a pena (...) cansamos com esse assunto de município, não está a ajudar nada. Não lhes quero e mos” continua Pag. 04 →

Área metropolitana de Maputo: Serviço nocturno de transporte público urbano já está em actividade

A área metropolitana de Maputo, compreendendo os municípios de Maputo, Matola e Boane, bem como o distrito de Marracuene, conta, desde terça-feira, 30 de Abril, com um serviço nocturno de transporte público urbano, a funcionar todos os dias, das 23 horas às seis horas da manhã.

Trata-se de um serviço introduzido com vista a responder ao desenvolvimento da cidade de Maputo, caracterizado pelo crescente número de empresas que funcionam em regime de turnos e intensificação da actividade turística, sendo que a viagem custa 35 meticas por passageiro, independentemente da origem ou destino.

O novo serviço é composto por 18 autocarros, sinalizados por um pirilampo e placas laterais e frontais, e vai abranger um total de nove rotas, nomeadamente Museu-Matola Gare, Museu-Matola Godinho, Museu-Marracuene, Museu-Patrice Lumumba, Baixa-Boane, Baixa-1º de Maio, Baixa Magoaíne C, Baixa-Kongolote e Xipamanine-Catembe, todas com passagens por diversas artérias e bairros da cidade de Maputo.

O lançamento deste serviço é, para o ministro dos Transportes e Comunicações, Carlos Mesquita, um dos resultados visíveis do uso racional dos autocarros alocados à área metropolitana de Maputo, e não só, no âmbito das reformas em curso com vista à melhoria da oferta, conforto e segurança do transporte público de passageiros em



todo o País.

"Desde 2016 alocámos, só na área metropolitana de Maputo, 320 novos autocarros que asseguraram um incremento de oferta de cerca de 320 mil passageiros por dia, uma medida que transformou completamente a forma como eram transportados os passageiros", sublinhou o governante.

A propósito, Carlos Mesquita anunciou a aquisição de mais 100 autocarros para o reforço das frotas de transporte público urbano em todo o País, uma medida que será acompanhada pela implementação de várias outras, que incluem a melhoria das vias de acesso, manutenção dos autocarros, intermodalidade, melhoria da gestão, sistema de bilhética e de rastreio electrónico, entre outras.

Por seu turno, o presidente do Conselho Autárquico de Maputo, Eneas Comiche, afirmou que a entrada em funcionamento deste serviço vai responder aos anseios dos municípios, "que em todas as reuniões que realizámos pediram, encarecidamente, que houvesse um meio de transporte público de passageiros, à noite".

Este serviço, de extrema utilidade pública, constitui, para Eneas Comiche, um alívio para os que exercem as suas actividades à noite, designadamente os estudantes do curso nocturno, os que trabalham em turnos e o público em geral.

A Federação Moçambicana dos Transportadores Rodoviários (FEMATRO), representada pelo seu presidente, Castigo Nhamane, congratulou o Governo, cujas acções, através do Ministério dos Transportes e Comunicações, "têm contribuído para o aumento da oferta do transporte público de passageiros, principalmente na área metropolitana de Maputo", e assegurou que a agremiação fará a sua parte para que o novo serviço seja prestado de forma permanente e segura.

Nos bairros da Maxaquene B e C: 1.600 clientes tornam a receber água potável após quatro anos de carência

A empresa Águas da Região de Maputo (AdeM) prevê, para meados de Maio, retomar o abastecimento regular de água potável, a perto de 1.600 clientes residentes nas zonas críticas, dos bairros da Maxaquene B e C, distrito urbano de KaMaxaquene, no município da cidade de Maputo, que se debatem com a falta deste precioso líquido, há sensivelmente quatro anos.

Texto & Foto: www.fimdesemana.co.mz



Para o efeito, a empresa instalou um sistema composto por duas bombas "busters", com capacidade para 34 metros cúbicos por hora, para além de seis reservatórios de água com capacidade total de 60.000 litros, para melhorar o abastecimento de água potável, sobretudo à zona alta deste populoso bairro suburbano.

O director operacional da área de Maxaquene da AdeM, Hélder Armando, explicou que o bairro da Maxaquene B e C fazem parte das zonas mais afectadas pela falta de água, devido ao baixo caudal do Rio Umbeluzi, daí que foi feito um levantamento para se identificar a melhor forma de mitigar o problema, que afectou aproximadamente 1.600 clientes.

"Com a instalação do sistema de abastecimento de água, que inclui duas bombas de água ("busters"), para conferir mais impeto à distribuição deste líquido, esperamos abastecer normalmente aos clientes localizados na extremidade da rede, em meados de Maio", frisou.

Para a operacionalização deste propósito, a AdeM procedeu, recentemente, ao lançamento de 1.200 metros de conduta 160 MM, que vai transportar a água a partir da zona baixa do bairro Maxaquene A, junto à Avenida Acordos de Lusaka, para Maxaquene B e C.

Importa salientar que parte dos clientes dos bairros de Maxaquene B e C tem recebido água, mas com fraca pressão e durante períodos muito curtos do dia, o que leva a muitas famílias afectadas a recorrerem ao corte de ramais e condutas para obter água para as suas necessidades diárias.



Texto & Foto: www.fimdesemana.co.mz

Tmcel recebe Licença Unificada de Telecomunicações

A Moçambique Telecom, SA (Tmcel) recebeu, na terça-feira, 30 de Abril, em Maputo, a Licença Unificada de Telecomunicações, no âmbito da Lei das Telecomunicações, através da qual a operadora pública pode flexibilizar a gestão da rede e do espectro, bem como a operacionalização de várias tecnologias, sem restrições de banda.

Intervindo na cerimónia de outorga da referida licença, o presidente do Conselho de Administração da Tmcel, Mohamed Rafique Jusob, disse sentir-se honrado por receber a licença, sobretudo por aquilo que ela significa: "Estamos habilitados a trabalhar legalmente. Já não somos um pária, mas sim um par das outras operadoras que já têm a licença. Quer dizer que estamos habilitados a concorrer e acima de tudo a melhor servir o país", destacou.

Acrescentou que a operadora está a trabalhar para um propósito que é a de restituir a dignidade à empresa e o seu direito de voltar a ser uma grande empresa líder no mercado.

"Já assumimos o compromisso de, dentro dos próximos quatro anos, sermos a maior e a melhor empresa de telecomunicações em Moçambique, no quadro da política do Governo, que visa dar acesso às novas tecnologias a todos os cidadãos", enfatizou.

Por sua vez, a presidente do Conselho de Administração (PCA) da Autoridade Reguladora das Comunicações (ARECOM), Ema Chicoco, indicou que a partir de hoje, através de uma licença unificada a Tmcel poderá explorar quaisquer serviços de telecomunicações.

"A ARECOM em todo este serviço regulatório sempre se fará pautar pelos princípios de imparcialidade, transparência e não-discretionalidade. Todos os operadores estão ao mesmo nível", afirmou, desejando à Tmcel sucesso nos seus objectivos de modernizar e expandir a rede e os serviços, sem descurar os consumidores e a qualidade.

Importa realçar que, com este instrumento outorgado pela ARECOM, a Tmcel vai prestar serviços de telecomunicações sem necessidade de obtenção de frequências do espectro ou de numeração e das demais regras aplicáveis.

→ continuação Pag. 03 - Corrupção e suas implicações na governação local: o caso da autarquia de Lichinga (2014 – 2018)
ver aqui.¹³

Notava-se assim, um sentimento de desgaste em relação à forma como as autoridades municipais abordavam as preocupações dos municípios. O "cansaço" a que o nosso entrevistado se referia resultava do incumprimento das recorrentes promessas feitas pelas autoridades municipais sobre a resolução dos principais problemas que afectam os moradores do bairro Naluila (e do município no geral) relacionados com vias de acesso, abastecimento de água, recolha de lixo, segurança, iluminação pública, transporte público entre outros aspectos.

Refira-se que um dos motivos que ditou a exclusão de Saíde Amido da lista de candidatos à cabeça de lista do partido Frelimo para as eleições autárquicas de 2018 em Lichinga, foi o seu mau desempenho e envolvimento em escândalos de corrupção quando dirigiu o município entre 2014 e 2018. Em relação ao mau desempenho, a questão do lixo merece ser destacada. Em Janeiro de 2016, dois anos depois da tomada de posse de Saíde Amido, o antigo governador da província de Niassa, Arlindo Chilundo, para além de manifestar a sua insatisfação em relação ao incumprimento do plano estratégico, mostrou-se indignado com a incapacidade do município em lidar com a questão do lixo. (Notícias, 2016; Domingo, 2016).

Conclusão

Tanto a percepção dos municíipes assim como os factos relacionados à corrupção ao nível do município de Lichinga apontavam para a existência de corrupção ligada à figura do Presidente do município. No entanto, no período em análise, várias foram as implicações da corrupção na governação do município, entre elas: a) a baixa qualidade dos serviços públicos prestados pelo município com destaque para o mau estado das vias de acesso, fraco abastecimento de água, deficiente recolha de lixo, criminalidade, falta de transportes públicos; e b) fragilização da legitimidade do governo municipal.

Por Bernardino António

<http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2019/04/ideias-n-111-BA.pdf>

Referências

Decreto 5/2016, Boletim da República, I série nº 28, suplemento, 8 de Março de 2016.

DW (2016). Autarca de Lichinga condenado a 18 meses de prisão. 24 de Maio. Disponível em: <http://www.dw.com/pt-002/autarca-de-lichinga-condenado-a-18-meses-de-pris%C3%A3o/a-19280748> (consultado a 20 de Janeiro de 2019).

DW (2017). Burla de 70 mil euros no Conselho Municipal de Lichinga. 1 de Agosto. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/burla-de-70-mil-euros-no-conselho-municipal-de-lichinga/a-39922771> (consultado a 20 de Janeiro de 2019).

Comité de Monitoria de Responsabilização Social. (2016). Relatório de Auditoria social do Plano Económico e Orçamento Municipal 2016. SAMCom, Lichinga.

Comité de Monitoria de Responsabilização Social. (2017). Relatório para Audição Pública. SAMCom, Lichinga.

Domingo (2016). Arlindo Chilundo insatisfeito com o município de Lichinga. 23 de Janeiro. Disponível em: <http://www.jornaldomingo.co.mz/index.php/nacional/6496-arlindo-chilundo-insatisfeito-com-o-municipio-de-lichinga> (consultado a 19 de Abril de 2019).

Notícias (2016). Há falta de postura camarária em Lichinga. 21 de Janeiro. Disponível em: <http://www.jornalnoticias.co.mz/index.php/pol%C3%ADtica/49825-ha-falta-de-postura-camararia-em-lichinga.html> (consultado a 19 de Abril de 2019).

¹ Os dados analisados neste texto constituem parte de uma pesquisa realizada no município de Lichinga em 2017, no âmbito do projecto "Barómetro da Governação Municipal", em curso no Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE).

² De referir que Saíde Amido foi o candidato da Frelimo eleito no município de Lichinga para o mandato de 2014-2018. Para mais detalhes sobre este julgamento ver DW (2016).

³ Por causa da sensibilidade de alguns assuntos reportados no texto, alguns entrevistados pediram anonimato, tendo sido apresentados no texto com iniciais escolhidas de forma aleatória.

⁴ Entrevista com P.D., 06 de Novembro de 2017.

⁵ Sobre este aspecto, o Comité de Monitoria de Responsabilização Social (SAMcom), teria reportado este facto nos seus relatórios de auditoria social de 2016 e 2017. Ver também DW (2017).

⁶ Entrevista com R.T., Lichinga, 07 de Novembro de 2017.

⁷ Decreto 5/2016, sobre o regulamento de contratação de empreitada de obras públicas, fornecimento de bens e prestação de serviços ao Estado.

⁸ Apresenta-se o posicionamento da Frelimo e MDM por serem os partidos que constituíram a Assembleia Municipal e que mais envolvidos estiveram no debate sobre a corrupção. A Renamo boicotou as eleições de 2013.

⁹ Entrevista com B.P., Lichinga, 07 de Novembro de 2017.

¹⁰ Refere-se ao primeiro secretário do partido Frelimo ao nível da cidade de Lichinga.

¹¹ Entrevista com B.P., Lichinga, 07 de Novembro de 2017

¹² Entrevista com H.F., Lichinga, 07 de Novembro de 2017.

¹³ Interveniente no grupo focal com Homens, Naluila, 02 de Novembro de 2017.

Dívida Pública Interna aumenta para 122 bilhões de meticais... nem tanto quando o Governo precisa para salários

A Dívida Pública Interna aumentou de 112 biliões em Fevereiro para 122 biliões de Meticais em Abril, abaixo do desejo do Governo de Filipe Nyusi que só no passado dia 23 tentou sem sucesso vender 3 séries de Obrigações do Tesouro no valor de 3 biliões de Meticais, obteve apenas 200 milhões e por isso salário dos Funcionários e Agentes do Estado referente ao mês de Abril está atrasado.

Texto: Adérito Caldeira

Informação do Banco de Moçambique (BM) mostra que o fluxo da dívida pública interna contraída com recurso a Bilhetes do Tesouro, Obrigações do Tesouro e adiantamentos do Banco de Moçambique aumentou, desde o seu último Comité de Política Monetária, "em 2.213 milhões de meticais, passando o saldo para 122,3 biliões de Meticais".

Em Fevereiro o BM havia indicado que a Dívida Pública Interna, sem incluir contratos mútuos e de locação financeira do Estado e Empresas Públicas assim como responsabilidades em mora, era de 112,5 biliões de Meticais.

Não é público este aumento recente equivale a quanto do Produto Interno Bruto, em 2017 havia chegado aos 26,7 por cento no entanto ainda não existem dados oficiais de 2018, altura em que a economia desacelerou, e para 2019 a economia deverá desacelerar ainda mais devido ao impacto do Ciclone IDAI e quiçá também do Kenneth.

Embora o Ministério da Economia e Finanças (MEF) assegure que não paga salários com recurso ao endividamento público e que existe cabimento orçamental a verdade é que os Funcionários e Agentes do Estado que recebem os seus vencimentos entre o dia 18 a 28 de cada mês ainda não o tem nas suas contas bancárias.

Oficialmente o MEF aponta "razões de ordem técnica" como a causa do atraso e promete que até terça-feira (30) os salários estarão disponíveis nas contas de todos Funcionários e Agentes do Estado.

Porém o @Verdade apurou que no dia 23 de Abril o Executivo tentou financiar o seu défice orçamental emitindo Obrigações do Tesouro da 6^a, 7^a e 8^a Séries, no montante global de 3 biliões de Meticais mas os bancos comerciais, principais compradores da Dívida Pública Interna apenas ofereceram 200 milhões de Meticais.

Para despesas com pessoal o Estado precisa todos os meses de cerca de 8 biliões de Meticais. O @Verdade entende que para pagar os salários de Abril o Governo de Filipe Nyusi terá ido buscar mais um adiamento ao Banco de Moçambique.

PGR informa que não há culpados pelo desmoronamento da Lixeira do Hulene que matou 16 pessoas



A Procuradora-Geral da República (PGR) informou aos moçambicanos que não há culpados pelo desmoronamento da Lixeira do Hulene, na Cidade de Maputo, que causou 16 pessoas há pouco mais de 1 ano. (...) Foi proferido o despacho de abstenção e o ordenamento do arquivamento dos autos por se ter concluído pela inexistência de infracção de natureza criminal, declarou Beatriz Buchili.

Texto: Adérito Caldeira • Foto: www.amundzukukahina.org

continua Pag. 02 →

Ciclone Kenneth fez pelo menos 7 mortos, desaloja 168 mil pessoas e isola 5 distritos de Cabo Delgado

Pelo menos sete mortos e mais de 168 mil desalojados é o balanço da passagem do Ciclone Tropical Kenneth pela Província de Cabo Delgado, o segundo a fustigar Moçambique em 2018 depois do IDAI ter "massacrado" o Centro. A chuva forte que continua a cair está a causar inundações, os distritos de Muidumbe, Mueda, Mocímboa da Praia, Palma e Nangade estão sitiados pela água que ameaça isolar por terra a Cidade de Pemba.

Texto: Redacção

De acordo com Instituto Nacional de Gestão de Calamidades à vítima mortal da queda da um coqueiro na Cidade de Pemba juntam-se mais duas no Distrito de Macomia, o mais "massacrado" pelo ciclone e há registo de outras



duas na histórica Ilha do Ibo.

Neste domingo mais duas pessoas morreram na capital de Cabo Delgado, uma delas, um adolescente de 13 anos, havia-se dirigido a casa com a mãe e irmão

após passar a noite num dos 11 Centros de Acomodação quando foram surpreendidos pelo desabamento de uma parede.

Entretanto o Ciclone de categoria 4 que entrou em Moçambique no final de sexta-feira (26), o segundo em 2018 e o primeiro em décadas na Província de Cabo Delgado, devastou particularmente os distritos de Macomia e Ibo. Casas, árvores, nenhum infra-estrutura ficou intacta.

O INGC indica que mais de 35 mil habitações ficaram destruídas, cinco unidades sanitárias afectadas assim como 75 salas de aulas. Mais de meia centena de postes de transporte de energia eléctrica tombaram e pelo menos duas pontes ficaram danificadas na Província de Cabo Delgado.

Depois do ciclone veio a chuva forte que está a causar cheias nas bacias do Megaruma e do Mes-



salo desde este sábado (27), os distritos de Muidumbe, Mueda, Mocímboa da Praia, Palma e Nangade ficaram sitiados desde que a água galgou a estrada de ligação. O rio Mieze também submergiu um troço da estrada que conecta a Cidade de Pemba e o resto do país.

Na capital de Cabo Delgado, onde nas últimas 48 horas caíram cerca de 200 milímetros de chuva, o cenário começo a ser de dilúvio com todos os bairros inundados e o aumento da erosão nos bairros onde já era um drama.



VERDADE
A verdade em cada palavra.

continuação Pag. 01 - PGR informa que não há culpados pelo desmoronamento da Lixeira do Hulene que matou 16 pessoas

Na madrugada de 19 de Fevereiro de 2018, em pleno pico da época chuvosa em Moçambique, uma tragédia anuncia da abateu-se sobre dezenas de famílias que viviam ao redor do local onde ainda hoje é despejado o lixo produzido na Cidade de Maputo.

Para ser encerrada há mais de uma década uma das "montanha" de lixo, com mais de 20 metros de altura, desmoronou-se, cerca das 2 horas da madrugada, sobre várias residências apanhado de surpresa dezenas de cidadãos que dormiam.

Passado mais de 1 ano a PGR revelou, na passada quinta-feira (25) que: "Na sequência do desmoronamento da Lixeira do Hulene em Fevereiro de 2018 o Ministério Público instaurou um processo crime contra desconhecidos, registado sob o nº493B, para apurar as causas e circunstâncias que causou a morte de 16 pessoas, ferimento a 3 e danos materiais".

"Finda a instrução preparatória foi proferido o despacho de abstenção e o ordenamento do arquivamento dos autos por se ter concluído pela inexistência de infração de natureza criminal", concluiu Beatriz Buchili na plenária da Assembleia da República onde apresentou a sua 5ª Informação sobre a Justiça em Moçambique.

Em jeito de consolação às vítimas e sobreviventes, que até hoje aguardam o reassentamento prometido pelo Governo de Filipe Nyusi, a Procuradora-Geral da República disse que "com vista a assegurar a recuperação dos danos causados às vítimas



decorrem diligências para a competente acção cível de responsabilização quer de agentes públicos como de cidadãos em particular".

Recorde-se que após a tragédia o Executivo ordenou o encerramento da Lixeira do Hulene mas até hoje continua em funcionamento. Em Fevereiro último o Ministro da Terra Ambiente e Desenvolvimento Rural anunciou que a lixeira a céu aberto vai continuar a funcionar por mais 10 ou 15 anos supostamente sem causar danos à saúde e ao ambiente devido a introdução de uma tecnologia

japonesa, que irá transformá-la num aterro semi-aérobico, através da fermentação nas camadas internas de resíduos no aterro, bem como a entrada natural de ar através de canais de ventilação de gás e de colecta de líquidos derivados do lixo.

Enquanto isso as 1.700 famílias que foram retiradas das redondezas da lixeira continuam por ser reassentadas pois o Governo não tem dinheiro para edificar as habitações e infra-estruturas públicas que prometeu implantar em Marracuene para um primeiro grupo e

apenas 300 famílias.

Nenhum membro das Forças de Defesa e Segurança responsável pela tortura em Namanhumbir

Também sem culpados continua a violação dos Direitos Humanos de dezenas de cidadãos que surpreendidos a praticar o garimpo ilegal e foram torturados pelas Forças de Defesa e Segurança ao serviço da empresa Montepeze Ruby Mining.

"No que se refere ao caso de

todos os dias

FACTOS

A verdade em cada palavra.

www.verdade.co.mz

facebook.com/JornalVerdade

twitter.com/verdademz

Email: averdademz@gmail.com

Redundância do backbone em fibra óptica da Tmcel: Garantida reparação do cabo submarino entre Maputo e Beira

A Tmcel (Moçambique Telecom, SA) acaba de assinar com o consórcio Elitis International um contrato para a reparação do cabo submarino Maputo-Beira, com vista a garantir redundância da ligação Sul-Centro da espinha dorsal da rede de transmissão da empresa.

No valor aproximado a 2.5 milhões de dólares americanos, este contrato resulta do concurso lançado em Junho de 2018, tendo sido seleccionado o consórcio Elitis International por ter apresentado melhor proposta e demonstrado experiência na reparação de cabos submarinos, na zona sul de África, tanto do lado do Oceano Índico como do Oceano Atlântico.

A reparação deste cabo submarino irá garantir a redundância do backbone em fibra óptica, melhorando assim a qualidade de serviços para os clientes nacionais, bem como os serviços de interligação dos países do Interland, de entre os quais Zimbabwe e Malawi.

Equipamento com tecnologia 4G/5G "ready" a caminho

Entretanto, no âmbito da visita oficial do Chefe do Estado Moçambicano, Filipe Nyusi, à Repúbliga Popular da China, o presidente do Conselho de

Texto: www.fimdesemana.co.mz

Administração da Tmcel, Mahomed Rafique Jusob, celebrou, no passado dia 23 de Abril, em Pequim, um contrato para a modernização e expansão da rede com a empresa Huawei Technologies, no valor de 23 milhões de dólares americanos.

Visando o fornecimento de equipamento de tecnologia de ponta 4G/5G "ready", para a melhoria e expansão da rede móvel da empresa, o contrato será executado ao longo do presente ano, numa primeira fase para as regiões de Maputo e Matola.

De referir que o valor a ser investido pela Tmcel é proveniente de recursos próprios, resultantes da venda de activos não essenciais para o negócio da empresa.

A assinatura do contrato foi testemunhada pelo ministro dos Transportes e Comunicações, Carlos Mesquita e por representantes da ARECOM- Autoridade Reguladora das Comunicações de Moçambique.

Desporto

Délcio Soares e Adelvino Nuvunga levam Moçambique ao Mundial de voleibol de praia

Délcio Soares e Adelvino Nuvunga conquistaram o 3º lugar no Campeonato Africano de voleibol de praia e apuraram a seleção moçambicana para o Mundial que vai ser disputado na Alemanha.

Texto: Redacção

A seleção sénior masculina de Moçambique ficou com o "bronze" após derrotar neste sábado (27) a sua congénere da Serra leoa por 2 sets a 0 (com os parciais 21-17 e 21-15), no jogo de definição do 3º classificado.

Délcio e Adelvino iniciaram a sua caminha para o Mundial derrotando a Zâmbia por 2 sets a 0, resultado idêntico com que bateram ao Sudão. Depois tiveram de se aplicar para derrotar a Gâmbia por 2 sets a 1 acabando a 1º fase com uma derrota diante da África do Sul por 0 sets a 2.

Nos quartos-de-final a seleção nacional derrotou os anfitriões por 2 sets a 0 (com os parciais 21-16 e 21-15).



Nas meias-finais Délcio e Adelvino foram derrotados pelo Marrocos por 0 sets a 2.

Com esta brilhante participação a nossa seleção vai agora poder disputar o Mundial de voleibol de praia que está marcado para Julho na cidade alemã de Hamburgo.

Entrada da Hidroeléctrica de Cahora Bassa na Bolsa de Moçambique continua adiada

Há cerca de 1 ano e meio o Presidente Filipe Nyusi anunciou, com muita pompa, que o Estado iria abrir ao público 7,5 por cento do capital da Hidroeléctrica de Cahora Bassa (HCB). Nesta segunda-feira (29) o PCA da empresa disse ao @Verdade que ainda não existe data para a entrada da HCB na Bolsa de Valores de Moçambique (BVM).

Texto & Foto: Adérito Caldeira

"No dia 25 de Novembro, ao lançarmos o Programa Nacional de Produção e Distribuição de Carteiras, realizamos uma parte do nosso plano de inclusão. Hoje acrescentamos valor a esse plano com a abertura da estrutura accionista da HCB a nacionais", afirmou a 26 de Novembro de 2017 o Presidente da República durante as comemorações do 10º aniversário da reversão da hidroeléctrica para o Estado moçambicano.

Desde então, criada a expectativa que a HCB poderia ser admitida à BVM nos 3 a 6 meses seguintes, tempo considerado normal de um processo do género pela própria instituição dirigida por Salim Valá, apenas é público que foi contratado o consórcio composto pelos Banco Comercial e de Investimentos (BCI) e Banco BIG para liderarem o sindicato bancário para Oferta Pública de Venda (OPV).

Em Fevereiro passado o Presidente do Conselho de Administração (PCA) da Bolsa de Valores de Moçambique indicou que a OPV poderia acontecer "no primeiro trimestre".



No entanto, já estamos no segundo trimestre, o PCA da HCB, Pedro Couto, reafirmou ao @Verdade que a Oferta Pública de Venda ainda deve acontecer em 2019 no entanto escusou-se a prestar mais detalhes sobre o processo.

Contudo o @Verdade apurou que a desaceleração da economia em 2018 e a nova desaceleração que vai acontecer em 2019, pelos impactos dos ciclones Idai e Kenneth, poderá retardar ainda mais esta OPV que o Presidente Nyusi disse tratar-se da "inclusão" dos moçambicanos nos ganhos da Hidroeléctrica de Cahora Bassa, uma das poucas Empresas Públicas rentáveis.

Censo revela que após mais 10 anos de governação da Frelimo o futuro melhor não está no horizonte de Moçambique



Os resultados definitivos do Censo de 2017 revelam que após mais 10 anos de governação do partido Frelimo o futuro melhor não está no horizonte da maioria dos 27.909.798 moçambicanos que ficaram mais pobres. O Presidente Filipe Nyusi enfatizou que "os números falam" podem eles mostram que: o Produto Interno Bruto por pessoa reduziu, a maioria do povo continua a ser camponês, existem mais cidadãos a beberem água de fontes não seguras, aumentou o número de pessoas com latrinas não melhoradas e até os analfabetos aumentaram!

Texto: Adérito Caldeira • Foto: @Verdade

continua Pag. 02 →

Moçambola 2019: bola já rola para manter moçambicanos alheados dos verdadeiros problemas de Moçambique

Depois da cerveja barata os moçambicanos, particularmente do sexo masculino, têm desde o passado sábado também futebol para os manter alheados dos verdadeiros problemas do nosso país que as Calamidades Naturais têm ironicamente ajudado a mostrar: falta de saneamento, inexistência de política de habitação e ordenamento territorial... entretanto o campeão iniciou a revalidação do título com uma quase goleada, no passado sábado (27), sobre o "fabris da Manga". Mas o primeiro golo do Moçambola foi marcado, também na Beira, por Gervásio que não conseguiu evitar a derrota do regressado Desportivo de Maputo.

A passe de Infren, que deixou três oponentes nas covas e cruzou com conta peso e medida, Mário Sinamunda abriu o placar a lista de marcadores do campeonato nacional de futebol, que bem poderia ser denominado Nyusibola, tendo em conta os milhões que o Presidente drenou de outras prioridade do país para o futebol.

Depois do intervalo, no campo do Ferroviário da Beira, a União Desportiva do Songo aumentou a vantagem por Lau King, o avançado saiu do banco para fazer o O-2, decorria o minuto 55, e sentenciou a vitória no minuto 71, aproveitando uma má saída do guarda-redes Valdemar.

Ainda no sábado, no estádio 25 de Junho em Nampula, o Ferro-

viário de Nacala derrotou o histórico Desportivo de Maputo, regressado da divisão de honra. Os "alvi-negros" estiveram duas vezes na liderança mas viraram os anfitriões virar o jogo. Gervásio no minuto 26 abriu o placar mas antes do intervalo Malate repôs a igualdade. Rodrigues, no minuto 68, deu nova vantagem a equipa de Artur Semedo que viu Cândido empatar, no minuto 87. Em tempo de compensação Danzione fez a reviravolta final.

Na Matola a Liga recebeu e venceu o Ferroviário de Maputo graças a um golo de Sonito, que cabeceou para o fundo das malhas um cruzamento perfeito de Cigano, que antes trocou às voltas os jogadores "locomotivas".

No Xinavane o jovem avançado

Jafete deu alegria aos adeptos ao fazer um hat-trick sobre o Ferroviário da Beira.

| | | | | |
|--------------------|---|---|---|------------------|
| Têxtil do Punguè | 0 | x | 3 | União Des. Songo |
| Fer de Nacala | 3 | x | 2 | Des. de Maputo |
| Liga Des. Maputo | 1 | x | 0 | Fer de Maputo |
| Maxaquene | 1 | x | 1 | ENH de Vilankulo |
| Textáfrica Chimoio | 2 | x | 1 | Clube do Chibuto |
| Fer. de Nampula | 1 | x | 1 | Des. de Nacala |
| Incomati Xinavane | 3 | x | 1 | Fer de Beira |

Entretanto, devido ao ciclone Kenneth que ditou o cancelamento de vários voos da companhia de bandeira nacional e ainda causou estragos nas habitações de jogadores e dirigentes do representante da Província de Cabo Delgado, ficou adiado para data oportuna a partida entre o Baía de Pemba e o Costa do Sol.



A verdade em cada palavra.



→ continuação Pag. 01 - Censo revela que após mais 10 anos de governação da Frelimo o futuro melhor não está no horizonte de Moçambique

Dois anos após a sua realização e quase um ano depois da data inicialmente prevista para a sua divulgação, e após dois adiamentos, enfim foram tornados públicos nesta segunda-feira (29) os resultados definitivos do IV Recenseamento Geral da População e Habitação que indicam que afinal não somos 28.861.863 moçambicanos, como indicavam os resultados preliminares, mas 27.909.798 habitantes na "Pérola do Índico".

Dentre várias alterações, aparentemente convenientes para o Governo, a mais significativa é da taxa de crescimento que os dados preliminares colocavam em 3,5 por cento, que seria sem precedentes e, de acordo com o Professor Catedrático de Economia da Universidade Eduardo Mondlane, poderia representar "o ponto de viragem para uma nova fase da transição demográfica moçambicana".

Felizmente não se confirmou, "Nós estamos a um ritmo de crescimento agora de 2,8 por cento" indicou o Arão Balate, o director-geral de Censo e Inquéritos no Instituto Nacional de Estatísticas (INE).

Por seu turno o Chefe de Estado, que formalmente divulgou os resultados pouco depois das 11 horas, lamentou que o número da população não pára de aumentar "tendo estado a influenciar no cálculo dos indicadores a diferentes níveis".

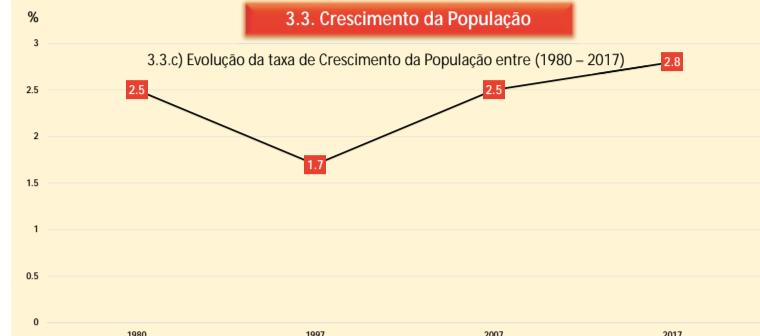
"A esperança mínima de vida dos moçambicanos sofreu incremento... da melhoria das condições de vida traduzidas por melhor acesso a Saúde e a Educação e melhoria das condições nutricionais dos cidadãos. Isto é uma realidade, os números como as minhas irmãs e os meus irmãos do grupo da estatística dizem os números falam. A esperança de vida em Moçambique em 1980 era de 43,6 anos, tendo reduzido para 42,3 anos em 1997 e incrementado sucessivamente para 50,9 anos em 2007 e com o Censo de 2017 a esperança de vida à nascença passou a 53,7 anos", enfatizou o Presidente Filipe Nyusi.

Nyusi destacou ainda que "(...) os resultados desta sequência de Censos permitem-nos afirmar com toda a segurança que, por exemplo, a taxa de analfabetismo tem vindo a reduzir, de 60,5 por cento em 1997 para 50,3 por cento em



3. CARACTERÍSTICAS DA POPULAÇÃO

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA



3. CARACTERÍSTICAS DA POPULAÇÃO

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

3.15. Educação

3.15.a) Taxa de Analfabetismo por sexo



3. CARACTERÍSTICAS DA POPULAÇÃO

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

3.16. Força de Trabalho

3.16.d) Distribuição por ramos e sectores de actividades (%)



2007, e o Censo de 2017 apurou agora que essa taxa está fixada em 39 por cento".

Contudo o @Verdade descortinou, analisando cada um dos mais de 200 quadros relativos a parte dos resultados do Censo de 2017 e comparando-os aos quadros respectivos de 2007, que embora a taxa de analfabetismo tenha reduzido o número de moçambicanos com 15 anos e mais de idade que não sabem ler nem escrever aumentou de 7.102.368 para 10.502.200.

Nos números sobre o Saneamento, fundamentais para o combate a malária, cólera ou mesmo a desnutrição crónica, o Censo de 2017 indica que a taxa de acesso melhorou no global no entanto os moçambicanos que ainda usam latrinas não melhoradas também cresceu de 6.395.809 para 9.759.842.

Também crucial para prevenir os problemas de Saúde Pública é a qualidade da água que se usa para beber, o Censo de 2017 indica que 65,5 por cento de pessoas tem acesso



Foto: OCHA / Saviano Abreu

a água potável, comparativamente aos 34,5 por cento de 2007, no entanto consumiam água não segura 48,7 por cento e agora já são 51,3 por cento dos moçambicanos.

Mais dramático torna-se quando se olha no detalhe, o @Verdade verificou que os cidadãos que consumiam água não potável eram 17.941.157 em 2007 e 10 anos depois

todos os dias

FACTOS

A verdade em cada palavra.

www.verdade.co.mz

facebook.com/JornalVerdade

twitter.com/verdademz

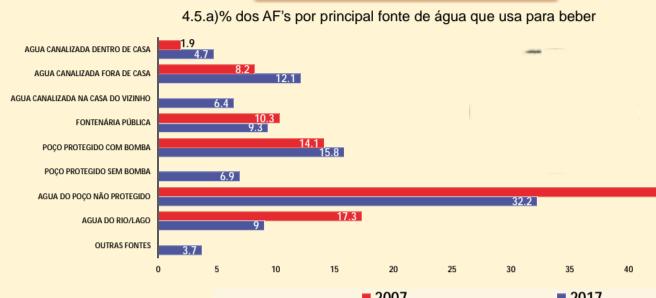
Email: averdademz@gmail.com



4. HABITAÇÃO EM MOÇAMBIQUE

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

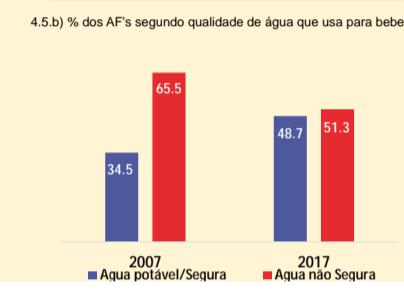
4.5. Fonte de Água para Beber



4. HABITAÇÃO EM MOÇAMBIQUE

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

4.5. Fonte de Água para Beber

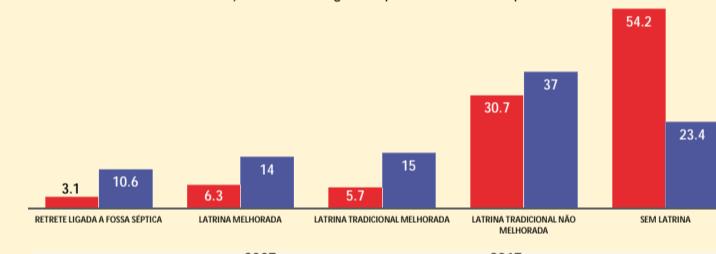


4. HABITAÇÃO EM MOÇAMBIQUE

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

4.6. Saneamento

4.6.a) % dos AF's segundo tipo de saneamento que usa



para 8.177.386 habitantes, 5.405.661 moçambicanos ainda estão no sector de Agricultura, Silvicultura e Pesca, onde os empregos são precários e sazonais, com agravante que 4.925.228 são camponeses. Há 10 anos atrás os camponeses eram 5.281.228. Também aumentou o número de empregados domésticos de 63.013 para 487.729 pessoas, mais de metade na Agricultura.

Verónica Macamo reconduz Geraldo Carvalho para Comissão de Defesa, Segurança e Ordem Pública

A Presidente da Assembleia da República (AR), Verónica Macamo, determinou que o deputado Geraldo Carvalho, que abandonou o MDM mas não larga o "tacho" na bancada parlamentar, deve retomar as suas funções na Comissão de Defesa, Segurança e Ordem Pública.

Texto: Redacção

Na véspera das Eleições Autárquicas de 2018 o deputado Geraldo Alexandre Carvalho deserto do Movimento Democrático de Moçambique (MDM) para retomar ao partido Renamo, de onde havia desertado anos antes.

Contudo, e embora tenha sido eleito para o Parlamento na lista do MDM pelo Círculo eleitoral da Província da Zambézia, o Carvalho não teve a dignidade de após submeter a sua renúncia ao partido do "Galo" de renunciar ao mandato como deputado e mantém-se desde finais de 2018 como um deputado rebelde, tal como Ricardo Tomás que também abandonou o MDM para voltar a Renamo mas não deixou o lugar na AR, auferindo o salário e as mordomias que dão resultantes.

O MDM submeteu um pedido para que Geraldo Carvalho perdesse o mandato mas a Comissão Permanente da AR decidiu que "não há base legal nem sinal evidências que ele tenha assumido uma função específica na Renamo, e também não há evidências que ele tenha deixado de fazer parte do partido MDM", por isso decidiu que continua a fazer parte da bancada parlamentar do partido do "Galo".

No passado dia 4 de Abril, por despacho, publicado em Boletim da República, a Presidente da Assembleia da República determinou que Carvalho "retoma as suas funções na Comissão de Defesa, Segurança e Ordem Pública – 6ª Comissão", reassumindo o lugar que desde Dezembro estava a ser ocupado pelo deputado suplente Raimundo Pitágoras.

ENH deve mais de 1 bilião de Dólares à ENI, CNPC, Galp e Kogás



A Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH) que recebeu uma Garantia Soberana do Estado de 2,2 biliões de Dólares norte-americanos tem dívidas acumuladas de mais de 1 bilião de Dólares junto dos seus parceiros de investimento na Área 4 Offshore do Bloco de Rovuma: ENI, CNPC, Galp e Kogás.

Texto: Adérito Caldeira [continua Pag. 02 →](#)

PGR não encontrou culpados pelos ilícitos eleitorais em Marromeu

A Procuradoria-Geral da República não encontrou culpados pelos eleitores fantasmas, viciação de editais e actos de violência que culminaram com a repetição das Eleições Autárquicas no Município de Marromeu. Do pleito realizado no ano passado resultaram 110 processos por "ilícitos eleitorais", grande parte pelo crime de dano em material de propaganda e falsificação de documentos relativos à eleição.

Texto: Adérito Caldeira • Foto: DW

Milhares de eleitores fantasmas, um membro de mesa de voto apanhado em flagrante com 10 boletins de voto que tentava introduzir numa urna, viciação de resultados e editais forjados por pelo menos oito presidentes de assembleias de voto e outros tantos funcionários de Secretariado Técnico da Administração Eleitoral com a cumplicidade da Polícia da República de Moçambique, uma eleição "grosseiramente fraudulenta", de acordo com o Centro de Integridade Pública, e que culminou com a não validação dos resultados pelo Conselho Constitucional não tem culpados a julgar pela Informação prestada pela Procuradora-Geral da República (PGR) à Assembleia da República.



Nem mesmo a violência policial, com uso de gás lacrimogéneo e balas reais, que aconteceu no dia seguinte à votação em Marromeu e resultou na morte de um cidadão e vários feridos parece ter merecido atenção do Ministério Público moçambicano.

"Foram instaurados, em todo o país, 110 processos por ilícitos eleitorais, com maior incidência no crime de dano de material de pro-

paganda eleitoral, com 45 e de falsificação de documentos relativos à eleição, com 13", informou Beatriz Buchili no passado dia 23.

A PGR indicou que: "Foram despachados 95 processos, dos quais 83 foram remetidos ao tribunal para julgamento em processo sumário-crime. Foi deduzida acusação, em 5, abstenção, em 7 e 15 encontram-se em instrução preparatória".

"Há necessidade de os órgãos da administração eleitoral, actores políticos e organizações da sociedade civil redobrarem esforços na educação cívica dos cidadãos, para se absterem de comportamentos que consubstanciem ilícitos eleitorais", recomendou a Procuradora-Geral da República.



A verdade em cada palavra.



→ continuação Pag. 01 - ENH deve mais de 1 bilião de Dólares à ENI, CNPC, Galp e Kogás

O mais recente Relatório e Contas da ENH, referente ao exercício fiscal de 2016 -2017, onde a empresa clama um resultado líquido de 2.765.088.542 Meticais após haver "maquilhado" as contas de 2015 - 2016 revela que o braço comercial do Governo Moçambicano no sector de Petróleos aumentou o seu passivo em 18.511.367.019 Meticais relativos aos custos que tem de pagar das despesas incorridas desde o início das actividades de pesquisa na Área 4 Offshore do Bloco de Rovuma onde tem uma participação de 10 por cento.

No consórcio que vai explorar esta concessão, que deverá ser a primeira a iniciar a produção de gás natural na Província de Cabo Delgado, a Empresa Nacional de Hidrocarbonetos é sócia da Eni (que tem 35,7 por cento), da ExxonMobil (35,7 por cento), da China National Petroleum Corporation (28,6 por cento), da Kogas (10 por cento) e da Galp Energia (10 por cento).

"O financiamento dos activos de exploração de recursos naturais corresponde a 306.124.806 Dólares norte-americanos (18.511.367.019

17. Empréstimos obtidos

Esta rubrica compreende os seguintes empréstimos:

Não correntes

| | 30-Jun-2017 | 30-Jun-2016 |
|-----------------------------------------------------------------------|-----------------------|-----------------------|
| Empréstimos bancários | 5.003.969.997 | 5.875.706.648 |
| Lotação financeira | 1.316.843.059 | 1.343.991.838 |
| Financiamento dos activos de exploração de recursos naturais - Área 4 | 18.511.367.019 | 18.190.798.731 |
| | 24.832.180.075 | 25.410.497.217 |

Correntes

| | 30-Jun-2017 | 30-Jun-2016 |
|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| Empréstimos bancários | 652.872.505 | 1.045.391.050 |
| Lotação financeira | 25.653.746 | 243.705.193 |
| | 678.526.251 | 1.289.096.243 |
| | 25.510.706.326 | 26.699.593.460 |

meticais), incluindo capital, juros e diferenças cambiais, e representa todas as despesas incorridas desde o início das actividades de pesquisa, em 2006, até 30 de Junho de 2017. O contrato de concessão para a pesquisa e produção na Área 4 Offshore do Bloco de Rovuma foi assinado no dia 20 de Dezembro de 2006 entre o Governo de Moçambique, a ENI East Africa e a ENH e, nos termos do seu art.º 9º, n.º 13, os custos incorridos até à data da aprovação do plano de desenvolvimento são suportados pela concessionária (ENI East Africa) e pelos outros

participantes (Galp Rovuma e ENH Kogás) sob a forma de Carry à ENH", explica a estatal no seu Relatório e Contas.

O documento acrescenta: "De acordo com a alínea f) do mesmo artigo, este financiamento só é devido a partir da data da assinatura do plano de desenvolvimento, que ocorreu em Fevereiro de 2016. Deve ser pago em dólares norte-americanos, a partir da data de início da produção comercial, sob a forma de cost oil, e está sujeito a juros à taxa LIBOR, acrescida de um ponto percentual, que vencem desde a data em que foram incorridos

até ao reembolso integral".

1.2 bilião mais 2,2 biliões e outros milhões assim que houver DFI na Área 1

Entretanto não consta deste Relatório e Contas, ou nas contas dos anos imediatamente anteriores, os cerca de 800 milhões de Dólares norte-americanos que a ENH só conseguiu em 2017 endividando-se junto aos seus parceiros de projecto para financiar a sua participação nos investimentos necessários para a construção e implantação da fábrica flutuante de

gás natural liquefeito.

Portanto o braço comercial do Governo Moçambicano no sector de Petróleos terá um passivo de pelo menos 1,1 bilião de Dólares pela sua quota parte na Área 4 Offshore do Bloco de Rovuma aos quais se deverão juntar os 2,2 biliões de Dólares pelos 15 por cento que tem na Área 1 Onshore, e que precisou de uma Garantia Soberana do Governo para financia-la.

Além destes passivo a ENH poderá juntar outras centenas de milhões de Dólares dos custos que terá a pagar pelas despesas incorridas desde o início das actividades de pesquisa na Área 1 a assim que for formalizada a Decisão Final de Investimento pela Anadarko (26,5 por cento), pela japonesa Mitsui (com 20 por cento), pela indiana ONGC (16 por cento), pela indiana Bharat Petro Resources (10 por cento), pela tailandesa PTT Exploration & Production (8,5 por cento), e pela também indiana Oil India (4 por cento). Essa Decisão Final de Investimento chegou a estar prevista para Abril, mas gorou-se, contudo poderá acontecer ainda neste 1º semestre.

Diminuíram estrangeiros em Moçambique, maioria são malawianos

O Censo de 2017 desmistifica a percepção que existem muitos estrangeiros a "roubar" postos de trabalho que seriam de moçambicanos, nos últimos 10 anos os expatriados passaram de 205.906 para 142.315, cerca de 0,5 por cento de todos habitantes no nosso país. A maioria continuam a ser cidadãos do Malawi, portugueses são pouco mais de 5 mil e chineses existem 1.346.

Texto: Adérito Caldeira



Embora continuem a ser a maior comunidade de estrangeiros em Moçambique os malawianos reduziram de 74.996 em 2007 para 65.295 cidadãos em 2017. Diminuíram também os zimbabweanos, eram 24.612 e passaram a ser 15.083.

Mas terá contribuído significativamente para a redução de expatriados os 52.986 cuja nacionalidade não estava identificada e os resultados definitivos do IV Recenseamento Geral da População e Habitação indica que passarem a ser 44 cidadãos.

No entanto algumas nacionali-

dades que não estão destacadas no Censo de 2007 passaram a estar contabilizadas como os 3.418 burundeses, 1.626 ruandeses e ainda os 1.346 chineses.

No sentido contrário estão os sul-africanos que aumentaram de 8.613 para 14.698 cidadãos, com a curiosidades de mais de metade serem menores de 14 anos de idade.

A comunidade portuguesa também cresceu no nosso país passado de 4.279 em 2007 para 5.560 cidadãos de acordo com o Censo de 2017.

Mais 27 óbitos nas estradas de Moçambique na penúltima semana de Abril

Mais 27 pessoas morreram em 25 acidentes de viação ocorridos durante a semana de 20 a 26 de Abril nas estradas de Moçambique, que deixaram ainda 51 feridos.

Texto: Redacção

Dentre os feridos 20 ficaram em estado grave, de acordo com a Polícia de Trânsito que indicou em comunicado que 9 dos sinistros registados na semana passada foram do tipo despiste e capotamento de viaturas.

O alto número de sinistros e vítimas parece não reduzir apesar da fiscalização de 59.164 nem da apreensão de 1.185 delas por diversas infrações.

Em comunicado de impren-

sa a Polícias da República de Moçambique indica ainda que a PT apreendeu 270 carros de condução e 53 livretes, aplicou 11.783 multas e deteve 60 cidadãos, 44 por condução ilegal e 16 por corrupção activa.

Homem agredie esposa até a morte em Tete

Um homem agrediu a sua esposa até a morte no bairro de Matundo, na cidade de Tete, alegadamente devido a problemas passionais na passada segunda-feira (29).

Texto: Redacção

"Na terça-feira, detivemos um cidadão, que presumivelmente matou a sua esposa, durante uma briga que aconteceu na calada da noite, devido a problemas passionais", indicou a Chefe do Departamento das Relações Públicas da Polícia da República de Moçambique (PRM), em Tete, Deolinda Matsinhe.

A vítima, que tinha 26 anos de idade, encontrada estatelada na sala da casa dos casal onde terá

acontecido o crime. "Os vizinhos, que descobriram o corpo sem vida, contaram que ouviram o marido a dizer que mantinha relações amorosas com um vizinho, obrigando ela a aceitar a acusação. A partir daí, começou a briga que terminou na morte da mulher, infelizmente", explicou em conferência de imprensa.

De acordo com Deolinda Matsinhe, notando o silêncio logo depois da briga na noite anterior,

os vizinhos se aproximaram da casa e, não tendo obtido resposta ao chamamento arrombam a porta principal onde viram o corpo sem vida estatelado, com sinais de agressão física.

Dados da Procuradoria-Geral da República mostram que a violência doméstica não pára de aumentar em Moçambique, em 2018 as autoridades atenderam 13.950 casos dos quais 716 de violência física grave.

ANUNCIE AQUI

todos os dias

Contacta os nossos serviços comerciais pelo e-mail

averdademz@gmail.com



O Jornal mais lido em Moçambique.

Em Campoane, distrito de Boane: 350 clientes passam a receber água de forma regular

Perto de 350 clientes da empresa Águas da Região de Maputo (AdeM) no bairro de Campoane, no Conselho Autárquico de Boane, vão passar a receber a água de forma regular a partir da primeira semana de Maio próximo.

No passado, o fornecimento do precioso líquido aos clientes da rua das Salinas era feito de forma irregular, devido ao funcionamento intermitente da linha a que a conduta estava ligada, facto que causava transtornos aos consumidores.

"Sempre que interrompíamos a distribuição ou o transporte de água nesta conduta, os clientes eram afectados", reconheceu João Francisco, director da Área Operacional da Matola, acrescentando que a empresa teve de conceber soluções para o problema.

A primeira solução consistiu na转移ência da ligação (conduta) que abastece o bairro de Campoane para uma linha de transporte de água que funciona 24 horas por dia, o que resultou em "melhorias significativas no abastecimento do precioso líquido".

Entretanto, depois desta intervenção, constatou-se que perto de 100 clientes, localizados no extremo da rua das Salinas, ainda continuavam a receber a água de forma irregular, devido à limitação da capacidade de transporte e distribuição da conduta a que estavam ligados.

Nesse sentido, a empresa decidiu aumentar a capacidade de transpor-



co mais de 300 metros, de acordo com o director da Área Operacional da Matola, que avançou que a conclusão destes trabalhos está prevista para finais deste mês de Abril.

te da linha, através da substituição da conduta de 75 milímetros por uma de 160 milímetros, num troço de 1.200 metros, sendo que os trabalhos estão a cerca de 80% de execução, faltando por concluir pou-

Ainda no que diz respeito à melhoria no abastecimento, a AdeM introduziu mudanças no sistema de distribuição na Área Operacional da Machava, que consistiu no fornecimento equitativo de água a todos

os bairros alimentados pelos seus centros distribuidores, nomeadamente o da Machava e o de Tsalala.

Antes, os bairros abastecidos pelo Centro Distribuidor da Machava recebiam a água todos os dias, o que não acontecia no Centro Distribuidor de Tsalala, cujas zonas por si abastecidas tinham acesso ao precioso líquido, com um intervalo de três dias.

Actualmente, todos os clientes dos bairros abastecidos pelos centros distribuidores da Machava e Tsalala, pertencentes à Área Operacional da Machava, recebem a água de forma igual.

Estas mudanças permitem à AdeM abastecer cerca de 65% dos clientes que antes não tinham acesso à água, para além de aumentar o tempo de distribuição. O Centro Distribuidor de Tsalala

passou das anteriores cinco horas por dia para cerca de 20 horas, enquanto que o da Machava passou de nove a 10 horas para 18 horas por dia.

FUNDE estabelece parceria com sector de educação de Guarulhos no Brasil

A Fundação Universitária para o Desenvolvimento da Educação (FUNDE) e o município brasileiro de Guarulhos, através da Secretaria de Educação, celebraram, recentemente, um memorando de entendimento, com vista a estabelecer parcerias e sinergias, visando a promoção do crescimento institucional e o desenvolvimento social e cultural de Moçambique e Brasil.

No âmbito deste acordo, que estabelece uma estreita colaboração entre ambas as instituições dentro dos respectivos domínios de actuação, a FUNDE vai assegurar a criação de condições para a execução do programa em Moçambique, facilitar o estabelecimento de contactos com pessoas e instituições dentro e fora do nosso País, visando a boa execução do projecto e seleccionar e identificar professores moçambicanos que irão interagir e trocar experiências com professores brasileiros.

Caberá ainda à FUNDE, assegurar a programação e execução de actividades em Moçambique, em conformidade com os objectivos e interesses da Secretaria de Educação de Guarulhos, entre outros aspectos.

Por sua vez, a Secretaria Municipal de Educação de Guarulhos vai identificar os professores brasileiros que farão parte do programa, assegurar a

cobertura das despesas provenientes do programa de actividades propostas pela FUNDE para os professores, trabalhar em parceria com a FUNDE na definição do programa de actividades, acompanhar o processo de partilha de experiências, entre outros.

Assinaram o memorando de entendimento, a vigorar por cinco anos, o presidente da FUNDE, Lourenço do Rosário, e o secretário de Educação de Guarulhos, Matheus da Silva.

Texto: www.fimdesemana.co.mz

Nos últimos três anos: Acidentes de trabalho vitimaram mais de 2.000 trabalhadores

O País registou, entre 2015 e 2018, um total de 2.044 acidentes de trabalho, que resultaram em 42 mortes, sendo que 26 trabalhadores ficaram permanentemente incapacitados, 201 parcialmente e 1.775 temporariamente incapacitados para trabalhar.

Texto & Foto: www.fimdesemana.co.mz

Esta informação foi dada a conhecer, na sexta-feira, 26 de Abril, em Maputo, pela ministra do Trabalho, Emprego e Segurança Social, no decurso da conferência nacional alusiva à celebração do Dia Mundial de Segurança e Saúde no trabalho, sob o lema "Promovendo a Higiene e Segurança e Preservar a Saúde no Trabalho".



Vitória Diogo explicou que o registo de situações de sinistralidade, no sector produtivo, não constitui um fenómeno exclusivo de Moçambique, pois no mundo, em geral, são registados 2,3 milhões de acidentes de trabalho por ano.

Em relação às estatísticas nacionais, a governante disse estar ciente que estão muito longe de retratar a realidade, pois, "estamos num cenário em que muitas entidades empregadoras, infelizmente, não comunicam os acidentes ocorridos às autoridades, talvez por desleixo, ignorância, ou mesmo por mero receio de eventuais penalizações. Gostaria de reiterar que é de lei comunicar. Não comunicar às autoridades é que constitui uma transgressão à lei".

A ministra sustentou que os trabalhadores têm também responsabilidade por assumir neste contexto: "Para além de terem que cumprir, escrupulosamente, com as regras de higiene e segurança no trabalho estabelecidas na empresa, devem participar activamente na identificação dos riscos profissionais e nas campanhas de sensibilização e de prevenção de acidentes de trabalho e de doenças ocupacionais", frisou.

A conferência nacional sobre segurança e saúde no trabalho abordou temas actuais e pertinentes, dos quais se destaca o rastreio de doenças pulmonares mineiras e acompanhamento do trabalhador que contraiu a doença, a contribuição do sector privado/agente económico, para a melhoria da nutrição no local de trabalho e a Norma ISO 45001, guia orientador para a prevenção primária dos acidentes e doenças profissionais.

No decurso do evento, foram, igualmente, divulgados os trabalhos considerados perigosos para as crianças, nas actividades extractivas, mineiras e construção civil, com o objectivo de contribuir para a criação de um ambiente saudável nas instituições.

Pretende-se, ao celebrar o Dia Mundial de Segurança e Saúde no trabalho, não só reflectir profundamente sobre a situação de segurança e saúde ocupacionais, mas simultaneamente prestar homenagem a todos aqueles que foram e são vítimas de acidentes de trabalho e de doenças ocupacionais.

Importa realçar que, no âmbito da celebração, realizou-se uma exposição, envolvendo diversificadas empresas, sobre boas práticas, no domínio da higiene, segurança e saúde ocupacional. Tratou-se de uma partilha de experiências, a nível nacional, sobre os avanços registados no sector.

Filial do Standard Bank: Única agência bancária em Nampula com ATM capaz de processar depósitos até 1.000 notas por minuto

A recente abertura da nova agência Filial de Nampula do Standard Bank abre uma nova era na oferta de serviços financeiros digitais, ao proporcionar aos clientes uma experiência cada vez melhor e um serviço diferenciado de qualidade, na província de Nampula.

Trata-se da primeira agência bancária, na terceira maior cidade do País, com um serviço self-service, que comporta quiosques digitais e ATMs para grandes depósitos, com capacidade para processar até 1.000 notas por minuto.

Para o administrador delegado do Standard Bank, Chuma Nwokocha, a tecnologia de ponta, alinhada às novas tendências da indústria bancária a nível mundial, que foi instalada na agência Filial de Nampula, representa o esforço do banco de abraçar o desenvolvimento para melhor servir aos seus clientes, parceiros, agentes económicos e à sociedade no geral.

"Construir uma agência, enorme como esta, significa o compromisso do Standard Bank com o desenvolvimento de Nampula e dos seus habitantes. Significa, também, que os nossos passos são guiados pelos anseios dos nossos clientes, que tanto clamaram por uma agência desta magnitude", indicou Chuma Nwokocha.

Na área digital, os clientes, em particular as empresas, poderão encontrar a única ATM disponível em toda a província de Nampula que aceita depósitos de até mil notas por minuto, sendo que nenhum empresário ou cidadão de Nampula terá que "dormir com dinheiro debaixo do colchão", pelo facto do banco estar encerrado.



Universidade Politécnica junta-se à Olá Vida para debater cancro da mama e do colo do útero

O movimento Olá Vida, em parceria com a Universidade Politécnica, realizou, no sábado, 27 de Abril, um workshop sobre o cancro da mama e do colo do útero, que tinha como objectivo alertar a sociedade sobre a importância da tomada de medidas de prevenção e dos cuidados de saúde.

Através desta iniciativa, os mentores pretendem, igualmente, fechar a lacuna que existe na divulgação das causas, sintomas e tratamento, bem como na promoção de hábitos saudáveis que podem ajudar a prevenir esta e outras doenças.

O objectivo, de acordo com Eta Matsinhe, representante do movimento Olá Vida, "é reverter o actual quadro, caracterizado pela falta de informação sobre o cancro. O nosso alvo é a sociedade, principalmente as mulheres, independentemente de terem ou não o cancro. Os homens, que são os nossos parceiros, e a família merecem, também, a nossa atenção porque são afectados por esta doença".

Segundo Eta Matsinhe, o cancro do colo do útero é o que mais mata no País, sendo, por isso, importante visitar o ginecologista regularmente para evitar o diagnóstico tardio, assim como usar o preservativo.

"No geral, o cancro é responsável por três mil mortes em cada quatro mil casos registados em Moçambique", acrescentou a representante do movimento Olá Vida, que apelou ao auto-exame

Nampula, conforme sublinhou Vasco Pedro Mepula, distingue-



como medida de diagnóstico precoce para caso do cancro da mama.

A organização deste evento, conforme explicou a representante da Universidade Politécnica, Paula Lobo, enquadra-se no âmbito das actividades de extensão desta instituição privada de ensino superior, que visam a promoção da mudança de comportamento no seio das comunidades.

"O papel de uma universidade é o de formar e informar, por isso a Universi-

-se dos demais pontos do País por ser um dos principais entrepostos comerciais da região setentrional de Moçambique, com potencial para produzir cada vez mais e multiplicar as actividades geradoras de divisas, através do incremento das exportações.

Um dos clientes do banco, Bhavin Manharlal, da Office Data Store, considerou que a agência Filial de Nampula constitui um balcão moderno e sofisticado, que coloca ao banco o desafio de servir cada vez melhor aos seus clientes.

"A notável aposta na tecnologia moderna é benéfica para o mercado, pois cada transacção passará a ser efectuada com rapidez e eficiência", disse, acrescentando que "a área digital tem a particularidade de colocar o banco à disposição dos clientes 24 horas por dia".

Texto & Foto: www.fimdesemana.co.mz

dade Politécnica realiza regularmente actividades de extensão, que permitem uma maior aproximação à sociedade, e, consequentemente, a mudança de comportamento no seu seio", disse Paula Lobo.

Importa realçar que, durante o workshop, foram partilhadas histórias de superação de pessoas que tiveram e venceram o cancro, seguidas por um debate, cujo painel foi constituído por um médico e uma enfermeira, que explicaram como a doença se manifesta.

Sobem para 38 óbitos do Ciclone Kenneth em Cabo Delgado mas "deve haver mais problemas"

As autoridades moçambicanas actualizaram para 38 o número de vítimas mortais do Ciclone Kenneth que na passada quinta-feira (25) vários distritos da Província de Cabo Delgado, contudo o primeiro-ministro disse que "deve haver mais problemas" pois ainda as autoridades ainda não conseguiram "chegar a locais recônditos".



As novas vítimas mortais foram descobertas no Distrito de Macomia, local por onde o Kenneth entrou em Moçambique e devastou todas as mais de 27 mil habitações existentes e desalojando centenas de milhares de pessoas.

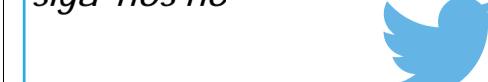
Continuavam isolados por terra os distritos de Muidumbe, Mueda, Mocímboa da Praia, Palma e Nangade devido as cheias que as chuvas que não dão trégua trouxeram mantendo em risco 168 mil pessoas na Província de Cabo Delgado.

Na Cidade de Pemba o drama agrava-se em todos os bairros que estão inundados desde sábado. A chuva que voltou a cair, e segundo o Instituto Nacional de Meteorologia, continuará a fustigar a capital de Cabo Delgado colocando em risco de desabamento ou danos por erosão ainda mais habitações e infra-estruturas públicas.

Dados do Instituto Nacional de Gestão de Calamidades divulgados nesta segunda-feira (29) indicam que mais de 36 mil casas foram de alguma forma danificadas, 193 salas de aulas e 14 unidades sanitárias também ficaram afectadas assim como 31 mil hectares de culturas alimentares pelo segundo ciclone que fustiga Moçambique em 2019, o primeiro em mais de uma década em Cabo Delgado.

Porém o primeiro-ministro, Carlos Agostinho do Rosário disse a jornalistas que "Em Macomia deve haver mais problemas e não conseguimos chegar a (Ilha do) Ibo. Hoje, de manhã, entramos no avião, mas por causa do estado do tempo não conseguimos chegar a Ibo", pois as autoridades governamentais ainda não conseguiram "chegar a locais recônditos".

Para estar sempre actualizado sobre o que acontece no país e no globo siga-nos no



twitter.com @verdademz

Aos afectados pelo ciclone Idai: INSS alarga prazo para Prova Anual de Vida

O INSS-Instituto Nacional de Segurança Social decidiu não suspender, por um período de 60 dias, o pagamento à 9.753 pensionistas que não realizaram a Prova Anual de Vida (PAV) no período de 10 de Janeiro a 10 de Abril, prazo fixado para o efeito.

De acordo com o director geral do INSS, Alfredo Mauaie, a medida surge na sequência das cheias provocadas pela passagem do ciclone Idai, que obrigou os pensionistas do Sistema a se deslocarem das suas residências para os centros de acomodação e outros locais seguros.

Com efeito, brigadas técnicas móveis do INSS vão proceder à realização da PAV nos centros de acomodação, nas zonas afectadas pela intempérie, dando continuidade a um processo iniciado, em todo o território nacional, a 10 de Janeiro do corrente ano.

A PAV envolveu titulares de pensões de velhice, de invalidez e de sobrevivência, que inclui cônjuge (viúva ou viúvo) e filhos menores de 18 anos ou com idade até 21 anos, desde que estejam a frequentar o ensino médio ou superior, respectivamente.

"Para este ano, a PAV abrangeu um total de 65.515 pensionistas do Sistema de Segurança Social, o que corresponde a 87 por cento de um universo de 75.268 pensionistas", referiu Alfredo



Mauaie.

Os pensionistas que, por razão do seu estado de saúde, estão incapacitados a se deslocar aos locais de realização da PAV, conforme explicou o director geral do INSS, beneficiam de atendimento domiciliário por parte dos técnicos do INSS: "Nestas condições, foram abrangidos, entre os dias 10 de Janeiro e 10 de Abril, 572 pensionistas", frisou.

O Director Geral apela aos pen-

sionistas que ainda não realizaram a PAV a regularizarem a situação junto dos serviços da Segurança Social, espalhados pelo País.

Importa realçar que, nos termos do Regulamento de Segurança Social Obrigatória em vigor, os pensionistas que não regularizarem a sua situação no decurso de seis meses, contados a partir do mês da suspensão da pensão, não terão direito ao pagamento retroactivo do referido período.

Devido a uma súbita turvação: AdeM procede à reparação e limpeza na tubagem de transporte de água na área da Matola-Rio

A empresa Águas da Região de Maputo (AdeM) posicionou equipas técnicas no posto administrativo da Matola-Rio e nos bairros de Jonasse, Chinonanquila, Belo Horizonte, Trevo e Fomento, na cidade da Matola e distrito de Boane, para monitorar a qualidade da água fornecida aos clientes, na sequência dos trabalhos de reparação de uma fuga na tubagem de transporte do precioso líquido.

O posicionamento das equipas de monitoria deve-se ao facto de, no decurso dos trabalhos, ter-se constatado que parte da água que se encontra na rede de distribuição apresentava níveis de turvação elevada, tendo na sequência, a AdeM interrompido o seu fornecimento e procedido à limpeza da tubagem principal e à consequente descarga de toda a água.

Entretanto, e tendo em conta que existem alguns pontos na rede onde não é possível efectuar a descarga na totalidade, parte dos clientes dos bairros acima mencionados (Matola-Rio, Jonasse, Chinonanquila, Belo Horizonte, Trevo e Fomento) poderão receber água com alguma coloração, nas primeiras horas da distribuição. "Trata-se de água residual da tubagem, porque já foi feita a limpeza de todas as tubagens e os clientes que poderão ser afectados



por esta situação, são os que estão ligados à tubagem principal", explicou o director da Área Operacional da Matola, João Francisco, que acrescentou que a limpeza efectuada visava a retirada de impurezas na rede de distribuição.

Neste sentido, o director da Área Operacional da Matola, apela aos clientes para que se, porventura, receberem água com coloração, comuniquem à instituição para se reforçar medidas com vista à sua normalização.

Pergunta à Tina...

Bom dia, chamo-me Patreque, queria saber quanto tempo leva para começar o sexo, depois do nascimento de um bebé?

Bom dia, Patreque, infelizmente não há regras matemáticas para responder à tua preocupação. Na verdade, os médicos costumam recomendar que a mulher deve evitar relações sexuais durante 40 dias após o parto, a chamada "quarentena". Mas isso é muito variável de pessoa para pessoa e de acordo com o tipo de parto - normal, com episiotomia (corte no períneo), cesariana. Há mulheres que tiveram sexo três semanas depois do parto e outras que só depois de seis ou nove semanas, principalmente se foi por cesariana. O desejo do casal de realizar a primeira relação com penetração após o parto é mais importante do que qualquer prazo recomendado pelo médico.

O mais importante é pensar no organismo da mãe, daquela que deu nascimento ao bebé. Os seus órgãos genitais acabam de passar uma provação dolorosa e desconfortável, para dar nascimento ao teu filho. Consegues imaginar quanto tempo leva a que uma senhora volte a pensar novamente em usar esses órgãos recém-doridos para fazer sexo? Recomeçar a ter sexo com penetração depois do parto pode ser doloroso. Se pensares bem, é quase como se a mulher tivesse a sua primeira relação sexual, com os seus correspondentes medos e receios.

Pensa nisto primeiro. Segundo, depois do nascimento, a mãe do bebé está ocupada com ele quase 24 sobre 24 horas, todas as noites mal dormidas e com as mamas à disposição sempre que ele o desejar. Será que esta senhora tem muito tempo para pensar em sexo? Também, o facto de estar a amamentar, leva a uma diminuição do desejo sexual, provocada por uma hormona específica, a prolactina, que regula a produção do leite materno.

Dito isto, acho que podes concluir que, depois do nascimento de um bebé, a mãe é que deve saber quanto tempo leva para começar o sexo. É normal que ela não tenha uma grande disponibilidade emocional. A mulher apenas deve fazer o que lhe apetece e a faz sentir-se confortável.

Por isso, o ideal é que o casal converse, dialogue sobre os seus respectivos desejos. O pai do bebé tem que ser muito carinhoso, sem pressas, calmo, paciente e afectuoso, fazendo com que a mãe se sinta mulher, com namoros e provocações, valorizando o corpo da sua parceira.

É preciso ter em conta que sexo não é apenas penetração e orgasmo, principalmente quando a mulher teve um parto. Abraços, beijos e carícias, afagos, trocar sussurros, tudo são prazerosos para uma mulher. Interromper o sexo penetrativo depois do parto não significa interromper as carícias e o contacto amoroso entre o casal.

É conveniente lembrar que a lubrificação da mulher que amamenta pode estar diminuída, sendo frequentemente necessário usar um lubrificante para aliviar o desconforto ou a dor que ela possa ter.

A boa notícia é que há muitas mulheres que atingem o orgasmo com mais facilidade do que antes de terem filhos. Tudo de bom para ti e tua família, Patreque.

Boa noite Tina, chamo-me Nelson, minha parceira sempre que fazemos relação sexual, 2-3 dias depois ela temido comichão na vulva e dor durante o sexo, já fomos ao médico várias vezes, disseram que era Candidíase, tratou mas ainda continua... o que podemos fazer?

Boa noite, Nelson. Tudo indica tratar-se de uma Infecção de Transmissão Sexual (ITS). É obrigatório que vocês sejam ambos tratados. Mesmo que não tenhas sinais ou sintomas, precisas fazer também o tratamento, pois também és portador da infecção. Enquanto vocês não fizerem ambos o mesmo tratamento, ao mesmo tempo, essa infecção não vai acabar.

Talvez poderia ser Candidíase, mas possivelmente também alguma outra ITS, coisa não rara. Possivelmente, terão que fazer um tratamento mais intensivo. Em alguns casos, é preciso tomar quatro medicamentos diferentes ao mesmo tempo, e por vezes até injeções. Será que foi esse o vosso caso?

Se necessário, devem procurar cuidados mais especializados, pois em geral, as ITS são muito fáceis de tratar muito rapidamente, e não faz sentido no século XXI, uma pessoa andar preocupada por uma simples ITS.

Entretanto, é preciso que vocês façam ambos o teste do HIV, pois o HIV se apanha da mesma maneira que uma ITS.

E que tal começares a habituar-te a fazer sexo com camisinha? Não é tão difícil, e dá outra segurança, outro relaxamento, numa boa, sem preocupações...

1º Congresso dos juízes moçambicanos debate situação actual da Justiça

Para reflectir sobre o processo histórico de construção do sistema de administração da Justiça, fazer o balanço dos avanços e recuos registados, identificar as principais alterações e perspectivar o futuro, decorre, desde quinta-feira, 2 de Maio, em Maputo, o 1º congresso dos juízes moçambicanos.

No evento, promovido pela Associação Moçambicana de Juízes (AMJ), sob o lema “O poder Judicial em tempos de crise: estatuto e modernização da Justiça”, serão abordados vários temas como “Os tribunais e a defesa do Estado de Direito”, “O retrato do juiz moçambicano: entre o ideal e o possível”, “O estatuto do juiz em tempos de crise”, “O papel da mulher na Justiça”, entre outros.

Para o presidente da AMJ Carlos Mondlane, o congresso corre num momento em que os tribunais estão no epicentro dos problemas políticos, mas também económicos e sociais no País: “A crise económica, a corrupção a criminalidade transnacional e outros desvãos jurídicos impõem uma intervenção dos tribunais”.

“Tornar a Justiça mais céleste é o apanágio perseguido pelo Estado. Muitas vezes, as pessoas não entendem que a velocidade da vida social não se compadece com a tendência estática do Direito. O tempo de Justiça não corresponde ao



tempo idealizado pela sociedade, muito menos ao esperado pela Comunicação Social ou pelas redes sociais”, referiu.

O tempo da justiça, segundo sustentou, deve permitir uma leitura não emotiva da realidade e conduzir a uma decisão de qualidade. “Reconhecemos ainda assim a crítica que, muitas vezes, é feita à nossa Justiça, tendo a sua razão de ser”, ressalvou.

Num outro desenvolvimento, Carlos Mondlane defendeu que, sem fazer muito esforço, percebe-se que as razões que

levam aos atrasos na Justiça têm a ver, em primeiro lugar, com a explosão da litigiosidade.

“Mas também têm a ver com a legislação processual, que foi concebida para um tempo e um lugar histórico diferentes. Um tempo em que não havia, praticamente, máquinas de escrever, muito menos computadores. Os telefones eram bem escassos, as estradas eram de má qualidade e as comunicações faziam-se por carta registrada”, destacou.

Por outro lado, considerou que

muitas reformas processuais que têm estado a multiplicar-se em Moçambique permitem o uso abusivo de meios de obstrução do próprio processo pelos actores jurídicos e judiciários.

No congresso de dois dias, que termina esta sexta-feira, usou, igualmente, da palavra, João Beirão, vice presidente do Tribunal Supremo, tendo considerado que o prestígio e a qualidade dos protagonistas do congresso, nomeadamente oradores, magistrados, participantes e os temas a serem abordados dão alento e confiança de que inicia mais uma etapa de reflexão sobre os grandes desafios que a magistratura enfrenta, perspectivando o futuro.

“Este congresso acontece num momento de transformações na história e num contexto de inúmeras tribulações que o País e o mundo atravessam, pondo à prova o sistema judicial, o que exigirá de cada um de nós capacidade de ponderação entre adversidade e com-

plexidade de situações que se nos impuserem, olhando sempre no respeito pelos direitos fundamentais, fundamento da dignidade do Homem num estado de direito democrático”, enfatizou.

Por sua vez, o secretário Permanente do Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, Didier Malunga, disse que no processo da construção da moçambicanidade todos são chamados a aprofundar os temas relacionados com a organização judiciária, compreendida como um pilar fundamental na construção e consolidação do Estado de Direito em Moçambique.

“A AMJ, ao promover o debate jurídico e judiciário em torno dessas temáticas, é um bom começo, um caminho a seguir na consolidação das várias vertentes que permitem compreender melhor o estágio em que nos encontramos e perspectivar o que pretendemos deixar como herança para as gerações vindouras de carreira jurídica”, concluiu.

Lioness of África faz despontar solução para minimizar problema de habitação em Moçambique

A oitava edição do Lioness Lean in Breakfast que teve lugar, recentemente, na Incubadora de Negócios do Standard Bank, foi marcada pela apresentação do percurso e história da Minimal Living Box, uma startup moçambicana que se propõe a minimizar o problema de habitação em Moçambique.

De acordo com Marta Uetela, fundadora da startup de design e construção modular, a falta de habitação no País, principalmente para os jovens, e os altos preços praticados no mercado imobiliário constituíram motivos para a criação do seu estúdio de design e construção baseada em contentores.

Com este conceito, a jovem, estudante de engenharia mecânica, com uma curta passagem pelo curso de arquitectura, pretende trazer ao mercado nacional uma solução de habitação acessível, flexível, móvel e que esteja ao alcance da capacidade financeira dos jovens, que constituem a maioria da população.

Prova disso é o facto do preço do menor módulo (T1), feito a partir de um contentor de 20 pés revestido de isopor e gesso para absorção de calor, que comporta um dormitório, um espaço para lazer, uma banca de trabalho e casa de banho, estar estimado em 380 mil meticais.

“Trata-se da maior e melhor oportunidade de os jovens terem acesso à habitação e acredito que o mercado está sedento por uma solução do género”, considera Marta Uetela.

Para o Standard Bank, a estória de Uetela, que recentemente participou no #ideate Bootcamp, um programa de imersão em-



presarial promovido pela Incubadora de Negócios do banco, é uma demonstração clara do seu trabalho para impulsionar as pequenas e médias empresas e promover o empreendedorismo feminino.

“Acreditamos que a actividade económica é uma das formas de colocar em prática a paridade do género e de promover a inclusão financeira, por isso apoiamos a criação de condições para que as mulheres tenham as mesmas oportunidades que os homens e ocupem o seu lugar no mundo dos negócios”, referiu Mónica Macamo, representante do Standard Bank na oitava edição do Lioness Lean In Breakfast.

Comentando sobre a motivação do banco para organizar este evento, Mónica Macamo referiu que estas iniciativas (Lioness Lean in Breakfast e Young Lionesses)

constituem uma plataforma de projecção nacional e internacional que visa dar visibilidade às mulheres e alargar o seu acesso ao mercado, daí terem sido convidadas oradoras que tiveram a coragem de empreender (e hoje são uma referência) para partilharem as suas experiências e melhores práticas.

Para além do Standard Bank, o Lioness Lean in Breakfast organizado pela Lionesses of Africa, conta com o apoio da Embaixada do Reino dos Países Baixos, e da Eni Rovuma Basin.

A oitava edição do evento de partilha de experiências e criação de uma rede de contactos esteve dividida em duas sessões. A primeira, destinada a empresárias já estabelecidas teve como oradoras Shaïda Seni (Prativa), Lubaina Momade (Luza Microcrédito), Alieça Ferreira (Link) e Epifânia Gove (Pifa Gove Millinery); sendo que a segunda (Young Lionesses), com foco em jovens estudantes universitárias que pretendem abraçar o empreendedorismo, teve como oradoras Marta Taquidir (Muthiana Orera), Marta Uetela (Minimal Living Box) e Paula Matsinhe (Uzuri Creations).

Ao avaliar as duas sessões, Melanie Hawken, fundadora e directora executiva da Lionesses of Africa, mostrou-se impressionada com o crescimento da comunidade de empreendedoras moçambica-

nas criada a partir desta iniciativa, que se situa em torno de duas mil mulheres.

“Criou-se uma forte rede de negócios a partir do Lioness Lean in Breakfast e do Young Lionesses, que permite a interacção entre as mulheres. Hoje, os produtos e serviços estão a ganhar espaço no mercado externo, e isso é muito importante”, justificou Melanie Hawken.

A propósito, a fundadora e directora executiva na Lionesses of Africa, anunciou para breve o lançamento de uma fundação que se vai dedicar à divulgação de histórias de sucesso de empreendedoras de diversos países, incluindo Moçambique, o que vai facilitar o acesso a vários mercados europeus.

Tânia Manhiça, fundadora da Leap Consulting (consultoria em gestão), foi uma das participantes do Lioness Lean in Breakfast e disse ter sido uma sessão de inspiração pois pôde ouvir histórias de sucesso e saber mais do percurso de diferentes mulheres.

“Percebi que do nada é possível criar algo notável. Muitas vezes o que nos trava é a nossa mentalidade. Enfrentamos muitas barreiras criadas por nós mesmas e que podemos ultrapassá-las facilmente e esta iniciativa ajuda as mulheres a ganharem coragem para empreender”, enfatizou Tânia Manhiça.

Texto & Foto: www.fimdesemana.co.mz